

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JUCEMAR NONATO DE OLIVEIRA JÚNIOR

**UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE AS INFORMAÇÕES
EVIDENCIADAS DOS CUSTOS E INVESTIMENTOS AMBIENTAIS
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS: um estudo de
caso nas instituições financeiras cadastradas no Índice de
Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2012.**

**SOUSA – PB
SETEMBRO 2013**

JUCEMAR NONATO DE OLIVEIRA JÚNIOR

**UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE AS INFORMAÇÕES
EVIDENCIADAS DOS CUSTOS E INVESTIMENTOS AMBIENTAIS
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS: um estudo de
caso nas instituições financeiras cadastradas no Índice de
Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2012.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade
Federal de Campina Grande – UFCG,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel.**

Orientadora: Prof. Me. Janaína F. M.
de Melo

**SOUSA/PB
SETEMBRO – 2013**

JUCEMAR NONATO DE OLIVEIRA JÚNIOR

**UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE AS INFORMAÇÕES
EVIDENCIADAS DOS CUSTOS E INVESTIMENTOS AMBIENTAIS
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS: um estudo de
caso nas instituições financeiras cadastradas no Índice de
Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2012.**

Esta monografia foi dita como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me - Orientador

Prof^a . - Membro

Prof^a . - Membro

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Uma análise de conteúdo sobre as informações evidenciadas dos custos e investimentos ambientais das instituições financeiras brasileiras: um estudo de caso nas instituições financeiras cadastradas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) 2012, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 15 de setembro de 2013.

Jucemar Nonato de Oliveira Júnior
Orientando

Esta monografia é dedicada a todos que durante todo esse tempo me apoiaram e acreditaram neste sonho em especial a meu pai que ao lado de Deus ilumina meus passos, a minha mãe minha grande incentivadora, minha noiva Enoi e a toda a minha família.

A meus professores em especial que nunca desistiram de passar o conhecimento e a minha orientadora Janaina que com paciência e dedicação acreditou neste sonho.

RESUMO

A responsabilidade social surgiu como um resgate a função social da empresa, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, principalmente relacionado ao aspecto ambiental, surgindo a sustentabilidade corporativa, que é voltada às ações socioambientais e aos negócios da mesma. Este estudo buscou analisar o conteúdo das informações ambientais sobre investimentos e custos nas instituições financeiras cadastradas no ISE 2012, no período de 2008 a 2012. Fez parte desta pesquisa, uma amostra de 4 instituições financeiras: o Bradesco, o Banco do Brasil, o Itaú S.A. e o Santander S.A. Por meio de um estudo do tipo descritivo, bibliográfico, documental e qualitativo, analisou-se o conteúdo ambiental conforme as variáveis de investigação propostas na Dimensão Ambiental do Grupo IF- Serviços Financeiros - Instituições Financeiras do Questionário ISE 2012. Posteriormente, analisaram-se os itens ambientais, por meio das variações encontradas dos itens ambientais com seu respectivo total e a mensuração da evolução (em percentual) dos investimentos ambientais encontrados, por meio de uma análise horizontal. Observou-se que o Bradesco, entre os demais em análise, foi o que mais apresentou em suas práticas ambientais os indicadores da Dimensão Ambiental (num total de 5 indicadores). Também foi o único banco, que publicou itens ambientais em todos os anos analisados. No entanto, de um modo geral, a maioria das instituições financeiras não evidenciam valores em seus demonstrativos relacionados aos itens ambientais. Entende-se que tais empresas não prejudicam diretamente o meio ambiente com suas atividades, mas foi observado que as mesmas investem em ações ambientais, que deveriam melhorar sua evidenciação.

Palavras Chave: Sustentabilidade Empresarial; Instituições Financeiras; Meio Ambiente.

ABSTRACT

The social responsibility has emerged as a ransom to the social function of the company, with the objective of promoting sustainable development, mainly related to the environmental aspect, emerging corporate sustainability, who was directed to the environmental actions and the business. This study aimed to analyze the content of the environmental information on investment and costs in financial institutions registred in ISE 2012, in the period from 2008 to 2012. As part of this survey, a sample of 4 financial institutions: Bradesco, Banco do Brasil, Itaú S.A. e Santander S.A. Through a study of descriptive, bibliographical, documentary type and quality, we analyzed the environmental content as the proposed research on the environmental dimension of the Group IF-financial services-Financial Institutions Questionnaire ISE 2012. Subsequently, it was analyzed the environmental items, by means of the variations found in environmental items with its respective total and the measurement of evolution (in percentage) of environmental investments found, by means of a horizontal analysis. It was observed that Bradesco, among the other, was the most performed in their environmental practices environmental indicators (a total of 5 indicators). Was also the only Bank, which published environmental items in all years examined. However, generally speaking, most financial institutions do not show values in their statements related to environmental items. It is understood that such companies do not directly harm the environment with its activities, but noted that they invest in environmental initiatives, which might be better evidenced.

Key words: Corporate Sustainability; Financial institutions; Environment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores da Dimensão Econômico-Financeira	18
Quadro 2 - Indicadores da Dimensão Geral.....	19
Quadro 3 - Indicadores da Dimensão Governança Corporativa	19
Quadro 4 - Indicadores da Dimensão Mudanças Climáticas	19
Quadro 5 - Indicadores da Dimensão Natureza do Produto	20
Quadro 6 - Indicadores da Dimensão Social.....	20
Quadro 7 - Dimensão Ambiental do Grupo IF- Serviços Financeiros - Instituições Financeiras	21
Quadro 8 - Proposta de indicadores ambientais com base nos ativos e custos ambientais	25
Quadro 9 - Análise Horizontal dos itens ambientais encontrados nas instituições financeiras	25
Quadro 10 - Classificação da Contabilidade Ambiental.....	38
Quadro 11 - Índices Ambientais do Bradesco preconizados pelo ISE	46
Quadro 12 - Índices Ambientais do Banco do Brasil preconizados pelo ISE	48
Quadro 13 - Índices Ambientais propostos pelo Itaú S.A.	50
Quadro 14 - Índices Ambientais propostos pelo Santander S.A.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Informações sobre os Custos Ambientais do Santander em milhões	54
Tabela 2- Informações sobre os Custos Ambientais do Banco Brasil em milhões	55
Tabela 3 - Informações sobre os Custos Ambientais do Bradesco em milhões	55
Tabela 4 - Informações sobre os Custos Ambientais Itaú S.A. em milhões - R\$.....	56
Tabela 5 - Ativos totais versus investimentos ambientais da empresa Itaú – R\$.....	57
Tabela 6 - Ativos totais versus investimentos ambientais da empresa Santander	57
Tabela 7 - Ativos totais versus investimentos ambientais da empresa Bradesco	57
Tabela 8 - Análise horizontal do Ativo Ambiental do Bradesco, Itaú e Santander	58

SUMARIO

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	10
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E A PROBLEMÁTICA	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	14
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.4.1 <i>Classificação da Pesquisa</i>	22
1.4.2 <i>Universo e Amostra da Pesquisa</i>	22
1.4.3 <i>Delimitação do Tema</i>	23
1.4.4 <i>Procedimentos na Coleta e Análise dos Dados</i>	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
2.1 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	27
2.1.1 <i>Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE</i>	29
2.2 EVIDENCIAÇÃO.....	32
2.2.1 <i>Evidenciação Contábil</i>	33
2.2.2 <i>Evidenciação Ambiental</i>	35
2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	38
2.3.1 <i>Itens ambientais</i>	39
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NO BRASIL	42
3 ANÁLISE DOS DADOS.....	45
3.1 INFORMAÇÕES COLETADAS SOBRE OS INDICADORES DA DIMENSÃO AMBIENTAL (GRUPO IF PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS) PROPOSTOS PELO ISE 2012	45
3.2 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE EVIDENCIAÇÃO QUE CONTÉM INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS E CUSTOS AMBIENTAIS	54
3.3 VARIAÇÃO EXISTENTE ENTRE OS INVESTIMENTOS AMBIENTAIS E DOS ATIVOS TOTAIS NO PERÍODO PROPOSTO	56
3.4 ANÁLISE HORIZONTAL DOS INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO PERÍODO DE 2008 A 2012	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

É possível observar que a responsabilidade social surgiu como um resgate a função social da empresa, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, principalmente relacionado ao aspecto ambiental e que tende a superar a distância entre o social e o econômico (SILVA, 2005).

Assim, uma sociedade consciente não pode parar de buscar um desenvolvimento sustentável, que objetiva planejar e reconhecer os recursos naturais, além de preservá-los. O Desenvolvimento sustentável é capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (DIAS FILHO, 2000).

O desenvolvimento sustentável está relacionado principalmente ao meio ambiente, ou seja, ao ambiente em que a empresa está inserida. O que a torna responsável direta na conservação e preservação dos meios naturais existentes ao seu redor, proporcionando atividades que gerem sustentabilidade futura, buscando atender suas necessidades atuais, mas sem prejudicar as necessidades das próximas gerações.

Com isso, entende-se que o meio ambiente envolve todos os elementos do planeta, como a água, terra, fauna, flora, entres outros. Sua degradação se deu devido o crescimento da população, no qual criou uma demanda em buscar o crescimento tecnológico. Assim, entende-se que promover o crescimento das empresas sem destruir o meio ambiente, nem sacrificar o bem-estar das futuras gerações, passa a ser um dever das mesmas (RIBEIRO, 2005).

Oliveira (2008) explica que, se uma empresa realiza um projeto de ação social dentro de sua comunidade e ao mesmo tempo polui o meio ambiente, nesse caso, essa ação social não poderia significar que a empresa atua dentro da comunidade com responsabilidade social. Já que, envolve também a ética e a preservação ao meio ambiente, que não estão sendo praticados por essa empresa.

Diante do exposto, observa-se que a responsabilidade social é o caminho para uma igualdade social, onde todas as empresas se preocupam com o bem estar social e o meio ambiente. Dessa forma, podem ser reconhecidas por suas ações socialmente responsáveis e por atuarem preocupadas com o meio em que está inserida.

Uma empresa sustentável é aquela que gera lucro para os gestores, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida (SAVITZ, 2007). Nesse sentido, deve-se buscar qualidade em vez de quantidade, com a prática de novos hábitos, redução do uso de matérias primas e produtos, aumentar a reciclagem e a utilização do uso de matérias primas e produtos, e a utilização de energia limpa, através de ações e atividades sustentáveis.

Nesse sentido, surge a sustentabilidade corporativa, que está relacionada com a prática do desenvolvimento sustentável. Assim, a sustentabilidade ambiental trata-se da adoção de métodos socioambiental, criando estratégias e operações de negócio, colocando-as em prática (MATTAROZZI; TRUNT 2008 *apud* MEDEIROS 2011).

Entende-se, com isso, que a sustentabilidade corporativa está direcionada a ações socioambientais realizadas pelas empresas e que ao mesmo tempo estão interligadas com os negócios da mesma, de forma eficaz, através de projetos que estejam de acordo com as partes interessadas.

Para Ludícibus (2009, p.115), as empresas podem adotar várias formas de evidenciação, contanto que não ocultem ou forneçam informações resumidas ou em excesso. Mas, que essas informações sejam o suficiente, tanto em quantidade como em qualidade, devendo fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis.

A evidenciação das ações ambientais deve considerar todos os eventos ocorridos dentro da empresa, sendo evidenciado de acordo com o nível de detalhamento, relevância e natureza dos gastos, divulgando as informações nas demonstrações contábeis e notas explicativas (RIBEIRO, 2005).

Assim, as informações obtidas devem ser claras e objetivas, pois só assim os usuários podem realizar análises mais precisas, direcionando-as na tomada de decisões, com base no desenvolvimento sustentável.

As instituições financeiras vêm, nos últimos anos, obtendo ótimos desempenhos como estimulador do desenvolvimento sustentável, apesar de não estarem diretamente ligados com os impactos ambientais. Os mesmos, segundo Mattarozzi e Trunt (2008 *apud* Medeiros 2011), se tornam agentes indiretos e responsáveis pela evolução das questões relacionadas à sustentabilidade, ocasionadas por influências exercidas por

empresas ambientalistas que os enxergam capazes de atingir alguns clientes corporativos, por meio de atividades de financiamentos, estimulando o desenvolvimento sustentável.

Nas últimas décadas, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, as instituições financeiras vêm incluindo nas suas análises o estímulo a investimentos considerados sustentáveis e ao microcrédito produtivo, considerando ainda, a oferta de produtos com características socioambiental e a utilização dessas mesmas características na seleção de fornecedores. O setor financeiro do Brasil possui destaque mundial como um dos mais avançados no contexto da sustentabilidade (WAJNBERG, 2008).

1.1 Delimitação do Tema e a Problemática

A evidenciação ambiental é verificada por meio de contagem de sentenças que evidenciam informações ambientais. Com isso as ações ambientais deve levar em conta todos os eventos e informações relativas ao meio ambiente (RIBEIRO, 2005).

Assim, segundo a autora (*op cit*, 2005), essas informações ambientais devem ser evidenciadas conforme o nível de relevância que a empresa adota como fato considerável e possível de ser registrado, como também da natureza dos gastos. Observa-se que, algumas empresas utilizam dessas informações como se fossem um complemento ao *marketing*, no qual, buscam divulgar apenas dados positivos, para que isso não venha afetar sua imagem dentro da sociedade.

Hendriksen e Van Breda (2007) definem que a divulgação socioambiental deve ser adequar conforme as necessidades de cada grupo de usuários, sejam eles internos ou externos. Sendo necessário ainda que se defina a forma de divulgação, que pode ir além da publicação usual de balanços e demonstrações de resultados.

Nesse sentido, Ribeiro (2005, p.45) afirma que a evidenciação das informações ambientais tem por objetivo o de:

Identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação, e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial da entidade” (RIBEIRO, 2005, p.45).

Observa-se que a mensuração e divulgação das informações ambientais devem ser adequadas conforme as necessidades de cada de usuários, sendo necessário evidenciar fatos ocorridos com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

Tratando-se das informações de caráter ambiental, existem algumas peculiaridades no setor bancário. Conforme Medeiros (2011), este setor vem evidenciando aspectos socioambientais no seu processo decisório. Porém algumas instituições ainda estão em fase inicial no seu reconhecimento e contribuição com a sustentabilidade, já outras lideram na incorporação da sustentabilidade nos negócios, influenciando diretamente nas tomadas de decisão, além de modificar e transformar os valores corporativos das instituições financeiras, através de estratégias ambientais.

De acordo com a Bovespa (2008, *apud* Luz 2009), existe nos últimos anos, uma crescente preocupação da sociedade de se buscar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Os mercados financeiros precavidos a essa preocupação, têm criado índices para que as empresas atuem de forma diferenciada e relacionada a sustentabilidade empresarial, sendo enfatizado por índice de sustentabilidade empresarial (ISE), deixando com isso, os investidores interessados pelo simples fato da empresa estar preparada para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais.

No que tange às informações ambientais, esta pesquisa pretende compreender como estão evidenciando os investimentos e gastos ambientais nas instituições financeiras.

Quanto aos investimentos e custos ambientais, Rover, Borba e Borgert (2008) afirmam que estes estão relacionados à proteção ou recuperação da natureza, no qual a empresa busca diminuir a poluição e os resíduos gerados pela sua produtividade. Assim, os custos ambientais são ocasionados muitas vezes de uma avaliação ambiental, como também de impostos exigidos pela regulamentação ambiental. No

entanto, tais gastos podem ser reduzidos, ou eliminados, por meio de uma boa gestão administrativa, de forma eficaz.

Segundo Ribeiro (2005), os custos relacionados ao meio ambiente que se tornam relevante pela empresa, devem ser mensurados nos demonstrativos de forma agregada, sendo discriminados conforme utilizados em suas atividades, no intuito de preservar e recuperar a natureza. Deve evidenciar ainda, os gastos com multas e indenizações, além de divulgar outros demonstrativos contendo informações ambientais, como o Relatório Ambiental e o Relatório de Sustentabilidade. .

Nesse contexto, a pesquisa busca responder a seguinte problemática: **Como estão evidenciadas as informações sobre investimentos e custos ambientais nas instituições financeiras listadas no ISE 2012, no período de 2008 a 2012?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o conteúdo das informações ambientais sobre investimentos e custos nas instituições financeiras cadastradas no ISE 2012, no período de 2008 a 2012.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar a evidenciação dos indicadores da Dimensão Ambiental (Grupo IF para Instituições Financeiras) propostos pelo ISE 2012;
- Descrever os investimentos e custos ambientais evidenciados e os instrumentos de evidenciação que contém essas informações;
- Verificar a proporção entre investimentos ambientais e os investimentos totais encontrados;
- Mensurar a evolução (em percentual) dos investimentos ambientais encontrados, por meio de uma análise horizontal.

1.3 Justificativa

A divulgação das informações das empresas é de grande importância para a sociedade, por possibilitar o reconhecimento dos ativos ambientais, assim como dos seus passivos. Observa-se que a Contabilidade foi se aprimorando com o passar dos anos para atender às necessidades dos diversos usuários, a fim de identificar e avaliar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente (RIBEIRO, 2005).

Nesse contexto, o estudo busca identificar as informações contábeis relacionadas às ações ambientais realizadas pelas instituições bancárias pesquisadas, no intuito de verificar se essas empresas evidenciam sobre suas atitudes em relação ao meio ambiente. A conscientização ambiental é uma variante muito importante nas mudanças de comportamento organizacional e social, e as empresas de um modo geral, estão se manifestando positivamente para contribuir com o desenvolvimento econômico sustentável.

Verificam-se na literatura, estudos como os de Tinoco e Kraemer (2004, p.199 a 260), que mencionam que os investimentos ambientais necessitam de um acompanhamento mais detalhado, buscando avaliar se realmente as práticas sustentáveis estão sendo concretizadas, o que na maioria das vezes é realizada em vão, por não ter esse acompanhamento.

Cada vez mais, tornam-se crescentes o número de interessados pelas informações contábeis, tais como os sindicatos, clientes, partidos políticos, associações de consumidores que estão começando a buscar nas demonstrações contábeis, informações sobre a gestão das empresas. Pois, só assim, poderá verificar o sentido da evidenciação e, descartar as informações não relevantes, a fim de facilitar o entendimento das demonstrações contábeis (MACHADO; NUNES, 2000).

De acordo com Dias Filho (2000, p.40), “o termo evidenciação [...] se identifica com os próprios objetivos da contabilidade, caracterizando-se como o meio pelo qual ela deve [...] comunicar aos seus usuários informações relevantes para orientar decisões”.

Nesse contexto, verifica-se a importância da evidenciação na contabilidade, pois através dela o gestor pode obter informações relevantes sobre a empresa, com dados

econômicos e financeiros, que o auxiliará no processo decisório, além de obter dados relevantes também para os usuários externos, tais como o governo e os fornecedores.

Com a degradação ambiental, surgiram pressões por parte da sociedade e as empresas se viram obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros à responsabilidade social, pois para que a empresa tenha continuidade, é necessário que suas atividades sejam aceitas pela comunidade (OLIVEIRA, 2008).

Assim, conforme Rosa e Lunkes (2006), a evidenciação da gestão ambiental torna-se importante para a criação de valores dentro das empresas, que devem estar sempre comprometidas com o meio ambiente, demonstrando principalmente medidas preventivas e os custos nos passivos ambientais.

Assim, a prática da evidenciação ambiental e a divulgação de suas informações devem ser realizadas por qualquer instituição que contribua direta ou indiretamente com degradação ao meio ambiente, no intuito de identificar possíveis problemas ambientais e solucioná-los.

Nesse contexto, verifica-se a importância do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE, 2012), que serve para comparar o desempenho sustentável das empresas. Sendo, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), responsável pela sua pesquisa e metodologia, na qual, se dedicada a disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável em suas várias dimensões.

A sustentabilidade no setor bancário incorpora aspectos sociais e ambientais de forma indireta, principalmente através de atividades de financiamento. De acordo com Medeiros (2011, p13) “a investigação da sustentabilidade no setor bancário [...] indicará o estado atual de adoção de atuantes no país, [...] por possibilitar o acompanhamento e o monitoramento de tais práticas pela sociedade”. Assim, a autora afirma que esta visão se torna relevante na medida em que se discute a função dos bancos no desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o ISE passa a realizar um comparativo de todos os relatórios financeiros de instituições bancárias. Sua metodologia avalia comparativamente o desempenho das empresas sob os diferentes aspectos, baseando-se na eficiência econômica,

equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, com adoção de práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial. Seus objetivos são funcionar como uma referência para o investimento socialmente responsável e atuar como indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Para a carteira do ISE de 2012, são estabelecidos critérios para nas dimensões ambientais, dimensões sociais, econômico-financeira, dimensão geral, governança corporativa, mudanças climáticas, natureza do produto, dimensão social e dimensão ambiental. Um questionário é criado com base nessas dimensões e seus respectivos indicadores.

Para a carteira do ISE de 2012, apresenta três importantes novidades. Uma delas é que a dimensão de mudanças climáticas passou a valer pontos. Na dimensão geral, foi introduzida uma nova questão, para verificar se as companhias desejam tornar públicas as respostas de seus respectivos questionários. Das 38 empresas que estão na nova carteira, oito permitiram a abertura de seus questionários, que estarão disponíveis no site do ISE – AES Tietê, Bicbanco, Banco do Brasil, CCR, Coelce, Eletropaulo, Energias do Brasil, Natura. E uma terceira novidade é a divulgação para o público em geral dos pesos dos critérios do questionário de avaliação das empresas (ISE 2012).

Para 2012, foi criada uma cartilha com 38 empresas escolhidas que passam pelos critérios do ISE. Como justificativa do objeto de estudo, verifica-se que, conforme ISE 2012, esta cartilha tem as seguintes características:

- 100 % das companhias possuem compromisso com o desenvolvimento sustentável formalmente inserido em suas estratégias;
- 92 % mantêm programa de sensibilização e educação sobre o tema;
- 92 % aderiram formal e publicamente a compromissos voluntários amplamente legitimados, relacionados ao desenvolvimento sustentável, comprometendo todas as suas unidades, subsidiárias ou controladas;
- 90% possuem Comitê de Sustentabilidade ou de Responsabilidade Empresarial formalmente estabelecido;

- 87 % possuem diretoria que se reporta diretamente à alta direção da companhia (primeiro escalão) com atribuição de tratar questões relativas à sustentabilidade;
- 84 % buscam identificar os temas mais relevantes relativos à sustentabilidade, por meio de um processo estruturado de verificação de seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, conduzido com participação das principais partes interessadas;
- 100 % publicaram Relatório de Sustentabilidade no último ano;
- 90 % utilizam as diretrizes da GRI como referência para a elaboração do relatório (ISE, 2012).

Nesse contexto, verifica-se que o ISE tem como objetivo o de comparar relatórios financeiros de instituições bancárias, através da metodologia que avalia o desempenho dessas empresas, com base: na eficiência econômica, no intuito de adotarem práticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Com isso, foi criado em 2012, uma cartilha com 38 empresas escolhidas que passam pelos critérios do ISE, entre eles, o de possuir um Comitê de Sustentabilidade ou de Responsabilidade Empresária.

Conforme questionário do ISE, na dimensão econômico-financeira, foram atribuídos os seguintes indicadores, conforme quadro 1:

Quadro 1- Indicadores da Dimensão Econômico-Financeira

Indicador 1. Planejamento estratégico
Indicador 2. Ativos intangíveis
Indicador 3. Defesa da concorrência
Indicador 4. Riscos e oportunidades corporativos
Indicador 5. Crises e plano de contingência
Indicador 6. Ativos intangíveis
Indicador 7. Gestão do desempenho
Indicador 8. Defesa da concorrência
Indicador 9. Demonstrações financeiras
Indicador 10. Lucro econômico
Indicador 11. Equilíbrio do crescimento (razão g/g*)
Indicador 12. Histórico

Fonte: ISE, 2012

Observa-se que os indicadores estão relacionados com o planejamento estratégico, os ativos intangíveis, com a gestão de desempenho, como também o equilíbrio do crescimento. Com relação à dimensão geral, o quadro 2 revela os critérios:

Quadro 2 - Indicadores da Dimensão Geral

Indicador 1. Compromisso fundamental
Indicador 2. Compromissos voluntários
Indicador 3. Consistência dos compromissos
Indicador 4. Política de engajamento com partes interessadas
Indicador 5. Remuneração
Indicador 6. Relatórios
Indicador 6. Divulgação
Indicador 7. Combate à corrupção

Fonte: ISE, 2012

Entre os critérios estabelecidos relacionados à dimensão geral, verifica-se os compromissos fundamental e voluntários, os relatórios, a divulgação e o combate a corrupção. Com relação a dimensão governança corporativa foi composta dos indicadores no quadro 3:

Quadro 3 - Indicadores da Dimensão Governança Corporativa

Indicador 1. Relacionamentos entre sócios
Indicador 2. Transparência
Indicador 3. Cumprimento legal
Indicador 4. Estrutura do conselho de administração
Indicador 5. Dinâmica do conselho de administração
Indicador 6. Qualidade da gestão
Indicador 7. Prestação de contas
Indicador 8. Conduta e conflito de interesses

Fonte: ISE, 2012

Quanto aos indicadores relacionados à dimensão de governança corporativa, observa-se o relacionamento entre os sócios, a transparência, além da qualidade de gestão e o cumprimento legal, como também a prestação de contas. No quadro 4 trata dos indicadores da dimensão mudanças climáticas:

Quadro 4 - Indicadores da Dimensão Mudanças Climáticas

Indicador 1. Compromisso, abrangência e divulgação
Indicador 2. Responsabilidade
Indicador 3. Planejamento/gestão de riscos e oportunidades
Indicador 4. Inventário de emissões
Indicador 5. Sistemas de gestão
Indicador 6. Diálogo com partes interessadas
Indicador 7. Resultados
Indicador 8. Divulgação
Indicador 9. Emissões financiadas

Fonte: ISE, 2012

O relatório do ISE ainda identifica os indicadores relacionadas as mudanças climáticas, entre eles: compromisso, abrangência e divulgação, além da responsabilidade, os resultados e a divulgação, entre outros. O quadro 5 evidencia a dimensão natureza do produto, foram considerados os seguintes indicadores:

Quadro 5 - Indicadores da Dimensão Natureza do Produto

Indicador 1. Riscos para o consumidor ou terceiros
Indicador 2. Riscos difusos
Indicador 3. Observância do princípio da precaução
Indicador 4. Informações ao consumidor
Indicador 5. Sanções judiciais ou administrativas

Fonte: ISE, 2012

Os indicadores da dimensão relacionada a natureza do produto, encontram-se os riscos para o consumidor ou terceiros, a informação ao consumidor, além das sanções judiciais e administrativas. Já na dimensão social, foram elencados 14 indicadores, conforme quadro 6:

Quadro 6 - Indicadores da Dimensão Social

Indicador 1. Compromisso com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho
Indicador 2. Participação em políticas públicas
Indicador 3. Respeito à privacidade, uso da informação e marketing
Indicador 4. Aplicação dos compromissos com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho
Indicador 5. Relação com a comunidade
Indicador 6. Relação com fornecedores
Indicador 7. Relação com clientes e consumidores
Indicador 8. Diversidade e equidade
Indicador 9. Contratação de trabalhadores terceirizados
Indicador 10. Gestão de fornecedores
Indicador 11. Resolução de demandas de clientes e consumidores
Indicador 12. Público interno
Indicador 13. Clientes e consumidores
Indicador 14. Sociedade

Fonte: ISE, 2012

Com relação à dimensão social, existem no relatório da ISE (2012) 14 indicadores, entre eles, observa-se a relação com a comunidade, os fornecedores, clientes, gestão de fornecedores, a sociedade, a participação de políticas públicas e do público interno. Para o setor de Instituições Financeiras, foram criados pelo ISE 2012, indicadores específicos para a dimensão ambiental, que são relevantes para esta pesquisa.

Quadro 7 - Dimensão Ambiental do Grupo IF- Serviços Financeiros - Instituições Financeiras

Indicador 1. Compromisso, abrangência e divulgação de políticas e de critérios ambientais.
Indicador 2. Gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental
Indicador 3. Gerenciamento e monitoramento de fornecedores
Indicador 4. Engajamento com partes interessadas
Indicador 5. Produtos e serviços socioambientais
Indicador 6. Consumo de recursos – <i>inputs</i>
Indicador 7. Saúde e segurança no trabalho
Indicador 8. Área de preservação permanente reserva legal e áreas contaminadas

Fonte: ISE, 2012

Quanto à dimensão ambiental direcionada aos serviços de financiamento pelas instituições financeiras e seguradoras verifica-se que estes estão interligados com índices de gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental, como também de fornecedores. Além de produtos e serviços socioambientais e a segurança no trabalho, entre outros.

Nesse contexto, segundo Mattarozzi e Trunkl (2008 *apud* Medeiros, 2011), o papel das instituições financeiras para o desenvolvimento sustentável é o de induzir, através do seu poder de persuasão, a sociedade, com estratégias relacionadas às práticas de sustentabilidade.

Diante do exposto, o presente trabalho se justifica por buscar informações relevantes sobre os custos e os investimentos ambientais que são evidenciadas pelas instituições financeiras bancárias listadas na BOVESPA e classificadas no ISE 2012. As instituições financeiras do país possuem uma enorme responsabilidade com o desenvolvimento econômico, social e sustentável, pois a cada dia o governo lança no mercado muitas linhas de crédito que possibilitam o crescimento de muitas empresas.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Metodologia é o procedimento sistemático de como uma pesquisa é desenvolvida. Sendo, relatado desde a percepção do problema de pesquisa em um determinado contexto, até o tratamento e análise do resultado. Assim, a pesquisa tem como finalidade averiguar o homem e seu meio, para explicar fatos que ocorrem, ocorreram ou possam vir a ocorrer em sua vida (GIL, 1999).

1.4.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos objetivos, para que se pudessem atingi-los, foi realizado um estudo do tipo descritivo, uma vez que, esse tipo de estudo objetiva evidenciar as características de um objeto de estudo. Foi realizada, também, uma pesquisa exploratória, pois esse tipo de pesquisa tem como objetivo oferecer uma análise e uma aproximação de um determinado fenômeno que é pouco explorado, esclarecendo as idéias (GONSALVES, 2007).

Quanto aos procedimentos adotados foi utilizada a pesquisa bibliográfica, no qual essa pesquisa obtém dados através de fontes secundárias, tais como materiais publicados: livros, teses, revistas, entre outros. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está para Gil (1999, p. 65), como “o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Foi utilizada também, a pesquisa documental, que conforme Gonsalves (2007) é semelhante à bibliográfica, fundamentando-se na utilização de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

Quanto à abordagem do problema, para esclarecer os pontos investigados, utilizou-se a pesquisa qualitativa que possibilita analisar e identificar os principais aspectos do objeto estudado. Segundo Gonsalves (2007), esse tipo de pesquisa preocupa-se com a compreensão e a interpretação dos fatos.

1.4.2 Universo e Amostra da Pesquisa

Para 2012, o ISE criou uma cartilha com 38 empresas que passam pelos critérios do mesmo, onde foram escolhidas para este estudo as instituições financeiras, compondo o universo desta pesquisa:

1. Itauunibanco
2. Santander
3. Bicbanco
4. Bradesco
5. Banco do Brasil
6. Itaú S.A

Dessas empresas cadastradas faz parte desta pesquisa uma amostra de quatro instituições financeiras, pertencentes ao setor bancário:

1. Santander
2. Bradesco
3. Banco do Brasil
4. Itaú S.A

A razão que motivou esta amostra é pelo fato de serem empresas do setor bancário mais conhecidas em todo o Brasil, representando em torno de 67% do universo.

1.4.3 Delimitação do Tema

A pesquisa não tem em seu escopo o intuito de validar se as empresas pertencentes ao ISE são efetivamente sustentáveis e nem de construir um indicador que aponte níveis diferentes de sustentabilidade entre as empresas, já que uma vez no ISE, consideram-se as instituições financeiras como sustentáveis. O período de análise foi no período de 2008 a 2012.

1.4.4 Procedimentos na Coleta e Análise dos Dados

Com o intuito de verificar como são evidenciadas as informações sobre investimentos e custos ambientais, escolheu-se analisar as Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas, os Balanços Sociais, os Relatórios Anuais, os Relatórios de Sustentabilidade e do ISE no período de 2008 a 2012.

Para o alcance de todos os objetivos, analisou-se esse conteúdo ambiental conforme as variáveis de investigação propostos na Dimensão Ambiental para instituições financeiras (descritas no quadro 7), como se segue:

- Indicador 1. Compromisso, abrangência e divulgação de políticas e de critérios ambientais;
- Indicador 2. Gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental;
- Indicador 3. Gerenciamento e monitoramento de fornecedores
- Indicador 4. Engajamento com partes interessadas;
- Indicador 5. Produtos e serviços socioambientais;
- Indicador 6. Consumo de recursos – *inputs*;
- Indicador 7. Saúde e segurança no trabalho; e,
- Indicador 8. Área de preservação permanente reserva legal e áreas contaminadas.

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Utiliza-se na análise de dados qualitativos, na investigação histórica, em estudos bibliométricos ou outros em que os dados tomam a forma de texto escrito. Assim, Silva, Gobbi e Simão (2005, p. 8), explicam que a análise de conteúdo é:

Como método de análise do discurso declarado dos atores sociais. A proposta que acompanha a análise de conteúdo se refere a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado.

Os autores ainda comentam que a análise de conteúdo enriquece o estudo exploratório e aumenta a capacidade de descobertas. Também sofreu influências científicas, recorrendo a uma abordagem quantitativa com alcance descritivo.

Segundo Vergara (2000, p. 15) “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Na análise de conteúdo “deve ser considerado as condições

contextuais de seus produtores e assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem” (PUGLISI; FRANCO, 2005, p. 13).

Após a análise de conteúdo dos indicadores da dimensão ambiental proposta pela ISE (2012) e sua devida descrição, cabe identificar no período proposto os investimentos e gastos ambientais, bem como os documentos que abordam tais informações.

O segundo passo foi analisar a variação em percentual do conteúdo dos ativos e despesas ambientais no período de 2008 a 2012, conforme o quadro 9:

Quadro 8 - Proposta de indicadores ambientais com base nos ativos e custos ambientais

Informações financeiras	Informações Ambientais	Indicador Ambiental
Ativo Total: R\$ _____	Investimento Ambiental Descrição(s): _____ Valor: R\$ _____	Investimento Ambiental/ Ativo Total X 100
Despesas Operacionais Totais: R\$ _____	Custos e Despesas Ambientais Descrição(s): _____ Valor: R\$ _____	Despesa Ambiental/ Despesa Operacional Total X 100

Para cada período analisado, utilizou o quadro 8 para identificação dos itens patrimoniais e de resultado (ativo e total das despesas) e os itens ambientais correspondentes, relacionando-os em forma de indicadores, ou seja, verificando a variação em percentual com relação ao total do que foi investimento e gasto.

Para comparar os resultados encontrados do ativo e despesas ambientais, foi feita uma análise horizontal em cada empresa, tomando como base o ano mais antigo, no caso, 2008 para verificar a variação em 2009. Seguindo esse mesmo raciocínio lógico, observando os itens ambientais, conforme quadro 9:

Quadro 9 - Análise Horizontal dos itens ambientais encontrados nas instituições financeiras

	2008	2009	2010	2011	2012
*AA	ANO BASE	(AA 2009/AA 2008)= X (X - 1) X100= Variação%	(AA 2010/AA 2009)= X (X - 1) X100= Variação%	(AA 2011/AA 2010)= X (X - 1) X100= Variação%	(AA 2012/AA 2011)= X (X - 1) X100= Variação%
**DA	ANO BASE	(DA 2009/DA 2008)= X (X - 1) X100= Variação%	(DA 2010/DA 2009)= X (X - 1) X100= Variação%	DA 2011/DA 2010= X (X - 1) X100= Variação%	(DA 2012/DA 2011)= X (X - 1) X100= Variação%

* AA= Ativo Ambiental; **DA=Despesa Ambiental.

Na divulgação das demonstrações financeiras, sempre há a descrição de dois períodos (o anterior e o atual) para posterior comparação das contas patrimoniais. Partindo desse pressuposto, sugeriu-se a mesma comparação, ou seja, a variação de “2009 com 2008”, a de “2010 com 2009”, a de “2011 com 2010” e a de “2012 com 2011”.

Conforme quadro 9, representa o “X”, o resultado da divisão de um período com o outro, que depois de subtraído por um e multiplicado por 100 (cem), encontra-se a variação em percentual (%). Desta forma, a variação em %, por exemplo, encontrada no AA de 2009, representa quanto em percentual aumentou ou diminuiu o investimento em ativos ambientais em 2009 em relação com 2008. Assim, sucessivamente com os demais períodos e itens ambientais.

Contudo, a coleta de dados foi realizada através da observação simples ou assistemática dos itens ambientais, alcançando os objetivos específicos propostos por meio das variações encontradas dos itens ambientais com seu total e posteriormente, a evolução de cada item, conforme os quadros 8 e 9.

Assim, os dados foram coletados e analisados, sendo apresentados em forma de tabelas e gráficos, buscando com essa pesquisa, um detalhamento da evidenciação ambiental dos ativos e custos nas instituições bancárias listada na Bovespa e participam do ISE 2012.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sustentabilidade Empresarial

Compreende-se que a sustentabilidade empresarial está relacionada ao retorno financeiro que a empresa obtém através da adoção de práticas, desenvolvendo o negócio de forma integrada. Assim, a sustentabilidade está associada com atividades ligadas aos recursos ambientais, sociais e econômicos, com o intuito de atender as necessidades empresariais sem prejudicar a capacidade produtiva futura.

De acordo com Solow (2000, *apud* LUZ 2009, p. 22):

A sustentabilidade também deve ser entendida pelo bem estar que os recursos naturais podem oferecer, tanto na dimensão intra, quanto, intertemporal. Ou seja, os consumidores dos recursos naturais devem pagar pelo custo da degradação, compensando, assim, os usuários excluídos do bem-estar associado a esses benefícios (intra-temporal), e as gerações futuras devem ter acesso aos mesmos recursos naturais e qualidade de vida que temos hoje (intertemporal).

Do início dos tempos até o começo do século XX, a sociedade não dava importância com relação à preservação ou recuperação do meio ambiente, já que na época as organizações utilizavam os recursos naturais e os consideravam como fonte inesgotável. As empresas despejavam seus resíduos sólidos, líquidos e gasosos no meio ambiente, sem realizar qualquer tipo de tratamento e sem importa-se com a degradação e impactos ambientais que causariam ao planeta e a humanidade (COSTA E MARION, 2007).

Os autores explicam que as consequências dessas agressões começaram a manifestar-se em forma de poluição do ar, contaminação de rios e mares, contaminação dos solos, degradação de áreas férteis, entre outras. E, só depois dessas agressões foi que a sociedade passou a cobrar das empresas uma maior responsabilidade ambiental.

Essa responsabilidade socioambiental vem sendo praticada pelas empresas no decorrer dos últimos anos, na mesma proporção que as mesmas vêm se conscientizando de que é necessário se preocupar e criar ações empresariais relacionadas ao meio ambiente. Segundo Paiva (2003), normalmente nas organizações o controle de ações relacionadas com o meio ambiente é efetuado por engenheiros, biólogos, químicos entre outros, objetivando a melhora do processo produtivo por meio do controle e redução de emissão de resíduos.

Observa-se que existe uma redução dos recursos naturais ocasionados pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, que nas últimas décadas esse fato vem chamando a atenção da sociedade, já que isso vem afetando a economia e futuro das empresas. Assim, entende-se que os setores organizacionais devem evoluir em busca de um desenvolvimento sustentável, agindo através de ações que insiram o meio ambiente em suas atividades, buscando preservar e recuperar áreas degradadas.

Segundo Dias Filho (2000), foi na metade do século XX que o volume de produção industrial cresceu. Com esse desenvolvimento, ocasionou a deteriorização ambiental e a redução de alguns recursos naturais. No decorrer desse século, aconteceram muitos acidentes industriais e a contaminação ambiental, fato este que acabou chamando a atenção da opinião pública, no entanto, pela sua facilidade de compreensão quanto a causa e efeito as empresas foram buscando uma maior conscientização relacionada aos problemas ambientais, no intuito de solucioná-los.

Nesse contexto, para se conceituar a sustentabilidade, é necessário caracterizar o desenvolvimento sustentável como “um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas”. Assim, a sustentabilidade tem como objetivo “melhorar a qualidade da vida humana sem ultrapassar a capacidade de suporte dos ecossistemas que a sustentam” (RUSCHEINSKY, 2002, *apud* QUINTANA; QUINTANA; MARCA, 2012).

Conforme Quintana, Quintana e Marca (2012), as organizações que se classificam como sustentáveis, além de gerarem renda suficiente para se sustentarem e realizarem as necessidades atuais usando recursos naturais de modo sustentável, elas buscam restaurar qualquer dano causado a natureza, mantendo o equilíbrio em relação ao meio ambiente e contribuindo para solucionar problemas socioambientais.

Diante do exposto e de acordo com Luz (2009), a sustentabilidade empresarial é a inclusão de critérios econômicos e socioambientais no processo decisório da empresa. Dessa forma, compreende-se que as ações organizacionais devem está interligadas com processos que desenvolvam atividades sustentáveis, que gerem retorno financeiro bem como a garantia de continuidade do negócio. Deve garantir ainda, que os recursos naturais e utilizados na produtividade da empresa sejam preservados, evitando a sua descontinuidade.

2.1.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), possui um índice que mede o retorno de uma carteira teórica composta por ações de empresas que demonstram comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial (BOVESPA, 2012). Verifica-se que o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), foi criado em 2005, buscando o comprometimento das organizações, com a finalidade de despertar a responsabilidade ética, através do reconhecimento que as mesmas têm sobre a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

SILVA *et al* (2009) mencionam que as empresas que buscam se manter no mercado e expandir seus empreendimentos, atraindo novos investidores, passaram a divulgar além das informações obrigatórias, informações adicionais a respeito da gestão empresarial e ações de responsabilidade social e ambiental.

Isso ocorre porque “há alguns anos iniciou-se uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos” (VEIGA, 2009, p1). A autora ainda explica que:

O Índice de Sustentabilidade Empresarial foi criado a partir de metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (Gvces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), com o apoio financeiro do *International Finance Corporation* (IFC) e entrou em vigor dia 1º de dezembro de 2005, reunindo em sua primeira carteira 33 ações de 28 empresas.

O Conselho Deliberativo do ISE (ISE, 2012) comenta que esse índice é uma ferramenta objetiva que serve para comparar o desempenho de empresas listadas na BOVESPA que se destacam pelas suas estratégias com a sustentabilidade e adoção de práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

A metodologia aplicada ao ISE possibilita avaliar comparativamente o desempenho das empresas sobre aspectos relacionados com sua eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Nesse sentido, a seleção é feita através de um questionário e do processo de seleção, que por sua vez, tem se apresentado como grandes contribuintes para o aprimoramento da gestão da sustentabilidade nas empresas participantes (ISE, 2012).

Com isso, o ISE envia os questionários às 150 organizações cadastradas na Bovespa, com as 200 ações mais líquidas na bolsa, sendo os mesmos avaliados e analisados por agências especializadas, que consolidam, organizam e conferem as informações prestadas pelas organizações, sendo escolhidas as 40 melhores classificadas, no qual se identificaram com os critérios determinados (SILVA *et al*, 2009).

Assim, os critérios de avaliação envolvem elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros, acrescidos ainda de indicadores com características gerais, critérios de natureza do produto e de governança corporativa. Silva *et al* (2009) ressalta que o questionário é aplicado de forma anual e, busca evidenciar qual o comprometimento da empresa com as questões de sustentabilidade, de modo que seu preenchimento é realizado voluntariamente.

De acordo com a Bovespa (2012) torna-se um pré-requisito para uma empresa participar do ISE:

[...] as suas ações estarem entre as 150 mais negociadas da Bolsa, como também ter sido negociada em pelo menos 50% dos pregões dos últimos doze meses anteriores à formação da carteira. Deixando de participar do processo seletivo do ISE as organizações que estejam sob regime de recuperação judicial, processo falimentar, situação especial, ou ainda que tenham sofrido ou estejam sob prolongado período de suspensão de negociação, além de retirada de parcela significativa de ações do mercado, ou se ocorrer acontecimento que altere significativamente seus níveis de sustentabilidade e responsabilidade social.

O ISE é um instrumento de análise comparativa das estratégias, compromissos e práticas das empresas listadas na bolsa de valores, que contribui para ampliar o entendimento sobre companhias e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os pela qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, servindo como referência para o investimento socialmente responsável e como indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro (BOVESPA, 2012).

De acordo com Luz (2009), o questionário utilizado como método de seleção das empresas vem sendo aperfeiçoado a cada ano, apresentando em seu contexto quatro conjuntos de critérios, entre eles: políticas da empresa (indicadores de comprometimento); gestão (indicadores de programas, metas e acompanhamento); desempenho; e cumprimento legal.

Com relação à responsabilidade ambiental, Luz (2009, p. 16) ainda explica que:

As empresas respondem a um mesmo questionário sendo a ponderação diferenciada para as empresas consideradas de “alto impacto” e de “impacto moderado”, a exceção é para as empresas do setor financeiro que respondem a um questionário diferenciado.

Compreende-se que o questionário torna-se um instrumento que colhe dados importantes e necessários sobre as empresas participantes do processo, no qual auxilia na seleção de tais empresas para participarem a cada ano do ISE. Que por sua vez, entende-se que esse índice busca evidenciar informações relevantes sobre o desenvolvimento das organizações e sua responsabilidade socioambiental, divulgando-as para a sociedade de um modo geral.

Outros destaques podem ser observados no portal da Bovespa com relação ao Questionário do ISE e suas modificações realizadas entre 2012/2013, são elas:

- ✓ Fortalecimento do tema de adaptação das atividades e negócios das empresas às mudanças climáticas (Dimensão Mudanças Climáticas);
- ✓ Ampliação do tema biodiversidade (Dimensão Ambiental);
- ✓ Alterações visando à melhoria das práticas de relacionamento com a comunidade, fornecedores e clientes (Dimensão Social);

- ✓ Reformulação da Dimensão Ambiental específica para Instituições financeiras, em função do recente trabalho do setor junto à FEBRABAN para a elaboração da matriz de indicadores do Protocolo Verde.

Veiga (2009) comenta que o ISE reflete o retorno de uma carteira composto por ações comprometidas com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial. Assim, as empresas sustentáveis geram valores e se tornam mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais.

A autora ainda considera que o ISE é um selo de qualidade para as empresas que participam desse processo, além de comentar que esse índice traz vantagens para as empresas associadas, entre elas a de se reconhecida pelo mercado através da sua responsabilidade social, que se preocupa com impacto ambiental das suas atividades.

Diante do exposto, entende-se que o ISE é uma referencia para as empresas, já que as mesmas ficam reconhecidas no mercado, tanto pelo seu negócio como pelas suas atividades desenvolvidas de forma sustentável. Isso garante a credibilidade da organização em vários negócios que possivelmente venha a realizar com seus investidores, por criarem um ambiente de investimento compatível com as necessidades de um desenvolvimento sustentável, além de estimular a responsabilidade socioambiental, bem como a ética para outras empresas.

2.2 Evidenciação

A Evidenciação está relacionada com a necessidade de se provar que uma determinada afirmação é verdadeira ou falsa, ou seja, é a necessidade de se buscar informações claras, objetivas e de forma fidedigna. Assim, evidenciar pode significar algo que se destaca, sendo visível para todos os interessados.

Como pode ser visto no conceito de Aquino e Santana (1992, *apud* DALMÁCIO; PAULO, 2003, p.5):

Evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza e que evidente é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente... Talvez pudéssemos unir essas conceituações e dizer que evidenciação significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo demonstrado.

Para Machado e Nunes (2000), o objetivo da evidenciação é que a informação não relevante dever ser omitida a fim de facilitar o entendimento dos fatos publicados.

Nesse contexto, entende-se que a evidenciação é uma forma de se compreender algo com clareza e sem dúvidas, através de uma divulgação em que se entende de imediato o que está sendo demonstrado ou comprovado.

2.2.1 Evidenciação Contábil

A contabilidade tem como finalidade gerar informações aos usuários interessados que as utiliza no processo decisório, já que tais informações se tornam úteis e relevantes no tempo hábil. Conforme Dalmácio e Paulo (2003, p 5) as mesmas deverão ser:

Úteis, relevantes, precisas e fornecidas em tempo hábil. Os dados registrados na contabilidade são transformados em relatórios e, a partir destes, a empresa prepara as demonstrações contábeis. Estas são publicadas com intuito de tornar pública a situação econômica e financeira das empresas. .

Segundo Ludícibus, Martins e Gelbecke (2000, p. 43), o objetivo principal da Contabilidade, “é o de permitir [...] a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras”.

Assim, na contabilidade, a evidenciação é a revelação da situação econômico-financeira e patrimonial de uma empresa, baseando-se nas informações oriundas dos registros contábeis, seja através das demonstrações obrigatórias ou dos vários tipos de relatórios emitidos pelos contabilistas, como afirma Machado e Nunes (2000).

Compreende-se, nesse contexto, que a contabilidade permite através de suas técnicas, que o gestor identifique e analise a real situação financeira da empresa. De forma que os dados mensurados na contabilidade se transformem em informações que evidenciam em tempo hábil fatos relevantes que auxiliam no processo decisório.

Segundo Ludícibus (2009), existem vários métodos para se realizar a evidenciação da situação da empresa, entre eles: a apresentação das demonstrações contábeis; as notas explicativas; os quadros e demonstrativos suplementares; o relatório da diretoria, entre outros.

De acordo com Tinoco (2001), o objetivo da evidenciação contábil é divulgar informações sobre desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das organizações, considerando que tais evidenciações não devem ser enganosas. Devendo ser evidenciado apenas o que for necessário e útil, e ainda em tempo hábil para que sejam utilizadas nas possíveis decisões administrativas.

Ludícibus (2009, p. 77) acrescenta que as informações contábeis devem possuir qualidades como a confiabilidade, comparabilidade e a compreensibilidade. Explicando cada uma delas, o autor citado afirma:

A Confiabilidade é a qualidade (atributo) que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base para suas decisões. A Comparabilidade deve poder propiciar ao usuário o discernimento entre entidades distintas. A Compreensibilidade revela a qualidade da informação contábil, que deve ser exposta da forma mais compreensível possível, para que o usuário possa, efetivamente, entendê-la e utilizá-la de forma cabal nas tomadas de decisões.

Entende-se que a evidenciação contábil está relacionada com informações extraídas dos demonstrativos e demais relatórios da contabilidade, que informam sobre o desempenho tanto financeiro como socioambiental das organizações, de forma que os gestores extraem dados relevantes e úteis, auxiliando no processo e atividades administrativas. Verifica-se que tais informações devem ser compreensivas, confiáveis e capazes de serem comparadas.

Ainda de acordo com Ludícibus (2009, p. 121), a evidenciação deve “apresentar informação qualitativa e quantitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada

de informação para o usuário". O autor ainda explica que, através disso pode-se alcançar transparência nos demonstrativos elaborados, no entanto, o contador poderá utilizar-se de todas formas de evidenciação conhecidas.

Nesse sentido, as informações entre parênteses, notas de rodapé, quadros e demonstrativos suplementares são formas de evidenciação das informações contábeis, conforme comenta Dalmácio e Paulo (2003). Entretanto, estes métodos devem ser instrumentos de complementação às demonstrações contábeis, que devem conter as maiores informações a respeito da empresa.

As principais formas de evidenciação das informações contábeis o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, as Notas Explicativas, o Parecer da Auditoria e o Relatório da Administração.

Diante do exposto, entende-se que a contabilidade tem como objetivo fornecer informações para o controle do patrimônio, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão empresarial. Assim a sua evidenciação pode ser realizada por diversas formas, desde as demonstrações aos relatórios e notas explicativas, no intuito de demonstrar a situação financeira e demais informações úteis para a gestão administrativa, de forma qualitativa e quantitativa, proporcionando uma base adequada de informação para o usuário.

2.2.2 Evidenciação Ambiental

Estima-se que a contabilidade ambiental tenha surgido nos anos 70, quando algumas organizações passaram a direcionar suas atenções para a possível escassez de recursos naturais (TINOCO e KRAEMER, 2004).

Paiva (2003, p. 9) comenta que:

Os países de primeiro mundo, depois de terem degradado praticamente todo seu meio ambiente, iniciaram o processo de controlar os processos de industrialização, assim como de recuperar o meio ambiente degradado, passando a desenvolver o controle sobre os processos produtivos e suas emissões de resíduos.

Maior (2001, p. 1), afirma que:

A idéia de fazer uma contabilidade ambiental dentro das empresas, ou seja, medir gastos e recursos para a produção de bens de consumo veio com a crise do petróleo, em 1974, quando o produto chegou a um altíssimo custo e estava em escassez. Diz ainda que parece que, na época, as pessoas entenderam que não é porque uma matéria-prima é um recurso natural que ela vai durar para sempre.

Percebe-se que, a contabilidade ambiental surge quando a sociedade perde o controle sobre a preservação do meio ambiente, de forma que as fontes de recursos naturais se tornam quase escassas. Como consequência disso, as empresas e população de um modo geral, busca se conscientizar e a desenvolver o controle sobre os processos produtivos das organizações bem como as emissões de resíduos ocasionadas pelas suas atividades.

Nesse contexto, Tinoco (2001, p. 166) comenta que a contabilidade ambiental:

Destaca em particular os gastos e as ações ambientais que decorrem das atividades operacionais das empresas, ao reconhecerem a existência de compromissos com o meio ambiente; aborda, ademais, o tratamento dispensado aos eventos ambientais do processo produtivo, além de focalizar medidas preventivas que contribuam para um reforço de sua imagem perante a opinião pública, e para ajudá-las a evitar problemas legais futuros.

As informações obtidas pela contabilidade ambiental servem para a empresa demonstrar aos seus usuários o que está sendo feito para a melhoria e manutenção do bem estar da sociedade e do meio ambiente (ROSA; VOSS; PFITSCHER, 2001).

Diante disso, compreende-se que a contabilidade ambiental auxilia a gestão administrativa através de sua contabilização, com informações sobre os benefícios e prejuízos causados à natureza, ocasionada pela elaboração de um produto ou na

prestação de um serviço. Entende-se, com isso, que as empresas devem mensurar, contabilizar e evidenciar tais benefícios e/ou prejuízos que tenha causado ao meio ambiente, assim, a informação desses demonstrativos, torna-se o principal meio de evidenciar veracidade de uma gestão ambiental.

Nesse contexto, o objetivo da evidenciação ambiental pode ser conceituado, sob a percepção de Ribeiro (2005, 45), como:

O objetivo da evidenciação das informações ambientais é identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação, e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial da entidade.

Rosa, Voss e Pfitscher (2001) explicam que a evidenciação ambiental auxilia a manter a comunicação sobre a gestão ambiental das empresas para os usuários interessados como órgãos reguladores, investidores, credores, fornecedores e clientes, entre outros.

A Evidenciação de informações ambientais atingiu grandes dimensões nos últimos anos, já que a sociedade preocupa-se cada vez mais com o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental. Para Dalmácio e Paulo (2003, p 7), “as empresas possuem um compromisso social com a sociedade, não devendo mais almejar somente o lucro. É necessário que exista [...] o interesse na preservação do meio ambiente [...]” .

Assim, uma das formas de se evidenciar a contabilidade ambiental é através do Balanço Social, que busca evidenciar a responsabilidade socioambiental assumida pela empresa. Sendo essa uma forma da mesma de prestar conta diante da sociedade pelo uso dos recursos do meio ambiente (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBECKE, 2000, p. 31).

2.3 Contabilidade Ambiental

A Contabilidade Ambiental pode ser classificada como: Contabilidade Nacional, Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial. O Quadro 10 evidencia cada uma dessas classificações, sob a percepção dos autores Roedel, Rocha e Machado (2012); Tinoco (2001) e Paiva (2003).

Quadro 10 - Classificação da Contabilidade Ambiental

Classificação	Características	Foco e Usuário
Nacional	Está relacionada com toda a nação, auxiliando na criação de indicadores que podem ser utilizados no acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas ambientais. Podendo considerar unidades físicas ou monetárias de acordo com o consumo de Recursos Naturais, sendo eles renováveis ou não renováveis.	Nação Usuário Externo
Financeira	Tem como objetivo registrar e publicar informações sobre os ativos, passivos, gastos, receitas e provisões ambientais. A preparação dos demonstrativos contábeis deve ser baseada nos Princípios da Contabilidade, objetivando a mensuração, a avaliação e a informação das responsabilidades ambientais	Empresa Usuário Externo
Gerencial	Tem por objetivo coletar as informações fornecidas pela Contabilidade Financeira e Custos, no intuito de analisa-las e utiliza-las no processo de tomada de decisões. Compreende-se que a Contabilidade Gerencial, quando comparada com as anteriores, é a que melhor se aplica para a gestão ambiental. Podendo ter seus registros da maneira que melhor satisfizer aos gestores.	Empresa Usuário Interno

Fonte: Roedel, Rocha e Machado (2012); Tinoco (2001); Paiva (2003).

Assim, entende-se que a contabilidade ambiental na forma nacional pode ser considerada através de unidades físicas e monetárias, já na forma financeira registra e publica fatos ambientais, sejam eles evidenciados no ativo, passivo, despesas ou receita. Quanto a forma gerencial, observa-se que objetiva na coleta de dados oriundos de outras ramificações da contabilidade, buscando auxílio no processo decisório, principalmente na área ambiental.

Segundo a *Environmental Protection Agency* - EPA (2002, *apud* SOUZA; CARMO; LUZ, 2001), a Contabilidade Nacional é uma medida macroeconômica, no qual a Contabilidade Ambiental está relacionada com a Economia Nacional. Já a

Financeira está relacionada com a preparação dos estados financeiros, de forma que a Ambiental refere-se à estimação e informação das responsabilidades ambientais e os custos do ponto de vista financeiro. Com relação a Gerencial é o processo de identificação, compilação e análise de informação, principalmente para propósitos internos.

Neste contexto, pode-se afirmar que existem três possíveis formas no qual se aplica o termo Contabilidade Ambiental, entre elas tem a Contabilidade Nacional que envolve aspectos macroeconômicos, e outras duas relacionadas mais à realidade microeconômica, com uma unidade empresarial, que é a Financeira e a Gerencial. Neste contexto, se faz necessário descrever os itens ambientais, visto que são estes que são objetos de estudo da contabilidade ambiental

2.3.1 Itens ambientais

Convém classificar os objetos de estudo da contabilidade ambiental: os itens ambientais. Estes representam os investimentos, obrigações, gastos e ganhos com o meio ambiente, que são respectivamente, o ativo, passivo, despesa, custo e receita ambiental.

Com relação aos investimentos ambientais, Ferreira (2007) comenta que tais investimentos estão relacionados ao desenvolvimento de um projeto para prevenir, recuperar ou reciclar. Podendo ser exemplificados como o desenvolvimento de uma tecnologia ou os gastos necessários para uma máquina ou equipamento para redução de poluição entrar em operação. Com isso, esse tipo de atitude vindo da empresa podem exercer influencias positiva para o fortalecimento da imagem da empresa.

Segundo Almeida (2009, p1) explica que:

Os Ativos Ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, [...] adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes. [...] são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

De acordo com Bergamini Junior (1999, *apud* David 2003), um ativo surge de eventos passados no qual os gestores esperam futuros benefícios econômicos, através de: aumento da capacidade ou segurança de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; ou, ainda, conservação do meio ambiente. Devendo ser mensurado no imobilizado ou diferido.

Esses ativos são decorrentes de investimentos na área do meio ambiente, e devem ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental (DAVID, 2003).

Portanto, compreendesse que os investimentos ambientais são classificados como ativo e servem para que a empresa busque soluções para recuperar e preservar o meio ambiente, economizando com isso, gastos diversos direcionados ao meio ambiente. No entanto tais investimentos devem fazer parte do planejamento estratégico das organizações, pois só assim os investimentos serão aplicados de forma adequada.

No que tange às obrigações ambientais, o passivo ambiental pode ser definido como um conjunto de dívidas reais ou potenciais que a empresa possui com relação à natureza por estar em desconformidade com a legislação ou procedimentos ambientais propostos (DAVID, 2003).

Almeida (2009) relaciona o passivo ambiental como toda e qualquer obrigação de curto e longos prazos, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

Os Custos Ambientais compreendem os gastos realizados na execução de uma gestão ambientalmente responsável, objetivando recuperar e preservar os recursos naturais. Assim, qualquer gasto que for incorrido para amenizar os impactos ambientais e satisfazer as exigências legais, deve ser identificado como um custo ambiental.

Segundo Kraemer (2000) esses custos tem origem nos insumos requeridos para eliminar a produção de resíduos originários, da depreciação, dos equipamentos e máquinas utilizados para controle e preservação do meio ambiente. Outra fonte de custos ambientais pode ser a necessidade de tratamento e recuperação de áreas degradadas pela ação da companhia.

Tinoco e Kraemer (2004) explicam que os custos ambientais são criados pelos gastos que a empresa tem com a recuperação e preservação ambiental, com o objetivo de reduzir a poluição e resíduos ocasionados pelas atividades de fabricação, bem como de monitorar a avaliação ambiental. Observa-se que estas atividades vêm crescendo com o aumento da regulamentação ambiental, e da preocupação da sociedade com a conservação dos recursos naturais. E, isso faz com que os pesquisadores preocupem-se com o estudo dos custos ambientais, podendo destacar alguns estudos relevantes.

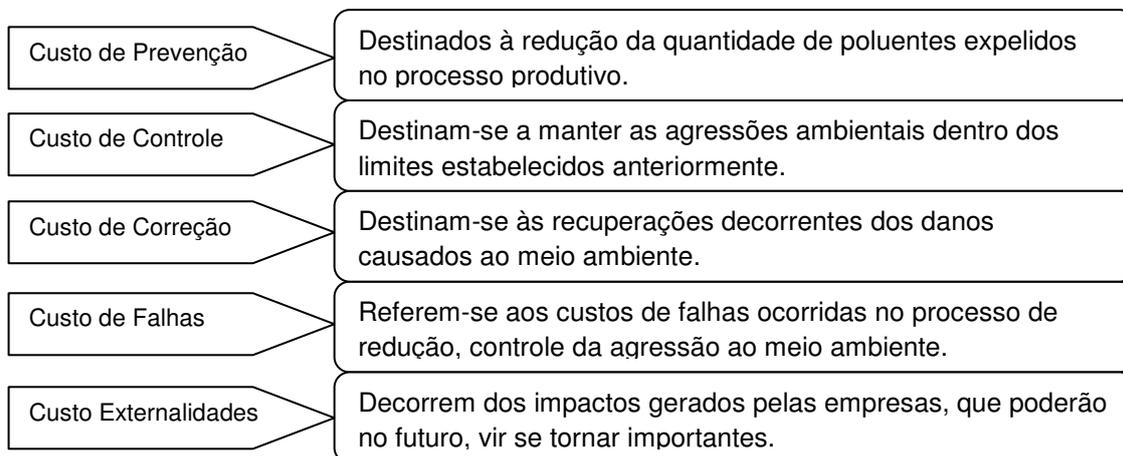


Figura 1 - Classificação dos Custos Ambientais

Fonte: CFC (2000 *apud* KRAEMER, 2000)

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2000 *apud* KRAEMER, 2000), os custos ambientais podem ser classificados como: custos de prevenção, de controle, de correção, de falhas e das externalidades, como pode ser observado na Figura 1.

Com isso, compreende-se que os custos ambientais estão relacionados aos gastos com o meio ambiente, de forma que, através disso, a empresa busca prevenir, controlar e corrigir a quantidade de poluentes, as agressões ambientais e recuperar os danos causados ao meio ambiente, respectivamente.

Nesse sentido, os investimentos em tecnologias limpas se classificam como um custo de prevenção relacionado aos poluentes expelidos no processo produtivo. O reflorestamento de áreas devastadas se classifica como custo de correção ambiental e, acontece quando a empresa destrói certa área ambiental, sendo obrigada a repor esses recursos naturais, pois só assim evitará pagar multas e sanções pelas falhas cometidas.

O que diferencia a despesa e o custo ambiental, é que estes são gastos relacionados com a preservação, redução ou eliminação da produção simultaneamente ao processo produtivo. As despesas são gastos com a recuperação e reparação de danos ocasionados pelas atividades empresariais, como também os gastos incorridos, mas que não estão relacionados com o processo produtivo. Como exemplo os gastos administrativos em função da causa ambiental e as taxas ou multas decorrentes da legislação ambiental (MACHADO, 2002).

No que concernem às receitas ambientais, para David (2003) seria o lucro obtido na venda de resíduos e sucatas, que normalmente seriam descartados ao lixo, caso a empresa não possuísse o costume de negociar estas sobras.

2.4 Caracterização do Setor Bancário no Brasil

O setor bancário no Brasil passou por uma experiência de transformação nas últimas décadas, em decorrência não só de extenso processo de informatização, mas, também, de mudanças estruturais no setor, afetando a natureza dos produtos, dos mercados e da organização das atividades internas (LARANJEIRA, 1997).

A autora comenta que antes de 1964, existiam no país muitos e pequenos bancos comerciais, que eram regionais ou mesmo limitados a uma determinada praça. No qual, o sistema financeiro central era exercido pelo Banco do Brasil e mantinha linhas de fomento com financiamento de médio e longo prazo.

O processo de produção das transações bancárias, desde a captação de recursos até os procedimentos de contabilidade, era todo levado a cabo na própria agência. As atividades eram executadas manualmente e a base técnica do processo de trabalho era mecânica: máquinas de escrever e calculadoras (ACCORSI, 1990 *apud* LARANJEIRA, 1997).

Observa-se que o setor bancário era formado por pequenos bancos, localizados em várias regiões do país, sendo limitados a pequenas praças. As atividades eram feitas de forma manual, sem tecnologia, na época era usado apenas a calculadora e máquinas de datilografar, o único banco central era representado pelo Banco do Brasil.

A década de 90 foi marcada pelo fim da hiperinflação e pela abertura da economia nacional, a desestatização (refletida pelo desaparecimento dos bancos estaduais) e a chegada decidida de grandes bancos internacionais (AMORIN; NETO, 2011).

Amorin e Neto (2011, p.27) comentam que no decorrer dos anos, o sistema bancário manteve-se em papéis centrais da economia nacional, garantindo a intermediação e o financiamento da dívida pública brasileira, além de participar ativamente do processo de internacionalização da economia na captação de recursos internacionais. Os autores ainda explicam que:

Aos poucos, as agências bancárias foram transformadas em lojas financeiras [...]. Do ponto de vista setorial, a melhoria do quadro econômico nacional deu aos bancos novas oportunidades de ganho pela via da expansão do crédito e venda de produtos financeiros, dado que também houve expansão da renda disponível.

Compreende-se que com o passar dos anos, o setor bancário foi se desenvolvendo e ampliando suas atividades, os pequenos bancos estaduais foram fechados e outros bancos internacionais ampliaram seu negócio no Brasil. Sendo criado ainda o Banco Central e, agências que se instalaram em muitas cidades brasileiras.

E, como conseqüência desse crescimento e evolução, o setor passou a ser reconhecido como loja financeira, passando a oferecer créditos aos seus clientes, além das vendas de demais produtos de financiamento, obtendo em troca um retorno adicionado de juros.

Os principais bancos do país se destacam pelo valor de seus ativos, entre eles: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, BNDES, Caixa Econômica Federal, Santander, HSBC, Votorantim, Safra e BTG Pactual. Esses bancos, assim como os demais existentes no Brasil, oferecem diversos serviços como também vende produtos, usando o seu marketing para atrair seus clientes e vencer a concorrência.

O setor bancário é considerado como um dos que mais investem em tecnologia de informação (TI), no qual seus produtos e serviços apoiados nesta tecnologia, sendo esta considerada fundamental para o setor bancário, tanto em nível operacional como estratégico. A TI auxilia no desenvolvimento de novos produtos e serviços bancários, e vem mudando a interação entre os bancos e seus clientes (ALBERTIN, 2009).

O autor menciona que entre as inovações tecnológicas, pode-se perceber no setor bancário serviços como: acesso eletrônico a extrato de banco; habilidade de solicitar a transferência de fundos entre contas; pagamento e apresentação eletrônica de contas; pagamentos *on-line*; cheques eletrônicos, entre outros. Serviços esses que aumentam as facilidades e velocidade no atendimento dos bancos de varejo.

Quanto a sua responsabilidade socioambiental, sabe-se que esse setor não tem ligação direta com os impactos ambientais. Mas, deve conscientizar seus clientes para que adquiram práticas responsáveis, através de atividades de financiamento. Lins e Wajnberg (2007, p.5) afirmam que:

Embora não possua um forte impacto socioambiental direto, o setor financeiro possui alto impacto indireto, que se dá principalmente por meio de suas atividades de financiamento para seus clientes e no seu relacionamento com seus fornecedores. [...] O principal papel dos bancos no desenvolvimento sustentável, portanto, não é um papel de executor de mudanças, mas sim de indutor de mudanças nas partes com as quais se relaciona.

Os autores ainda comentam que além da conscientização desse setor com relação ao meio ambiente, é necessário aperfeiçoar os serviços oferecidos pelas instituições, como: os processos de gestão direcionados as avaliações de desempenho, avaliações de crédito ou decisões de investimento que incorporem melhor critérios socioambientais. Assim, essas instituições devem reconhecer ações sustentáveis e punir comportamentos que não agregam valor em longo prazo.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo, são evidenciados os resultados da pesquisa realizada junto a instituições financeiras, cadastradas na Bovespa e no ISE 2012, com o objetivo de analisar o conteúdo das informações ambientais sobre investimentos e custos dessas empresas.

Entre as 4 instituições financeiras analisadas, Bradesco, Santander, Itaú e Banco do Brasil, verifica-se que nem todas publicaram dados ambientais em todos os anos selecionados nesse estudo, entre 2008 a 2012. Verificou-se informações ambientais em documentos como: Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade, bem como nas Notas Explicativas.

3.1 Informações coletadas sobre os indicadores da Dimensão Ambiental (Grupo IF para Instituições Financeiras) propostos pelo ISE 2012

Conforme ISE (2012), os índices ambientais propostos para Instituições Financeiras estudadas podem ser visualizados nos Quadros 11, 12, 13 e 14 .

O Quadro 11 mostra os resultados do Bradesco com o indicador 2, o Bradesco considera como riscos ambientais os danos que uma atividade econômica pode causar tanto a sociedade como ao meio ambiente. Entende-se que boa parte dos riscos associados ao setor bancário são gerados de forma indireta, já que estes riscos são oriundos das relações de negócios entre o banco e o cliente, por meio de financiamentos ou investimentos.

O Bradesco integra, desde 2010, o Índice Carbono Eficiente (ICO2). Desenvolvido pela Bovespa e pelo BNDES, tem como objetivo incentivar as companhias a trabalhar para uma economia de baixo carbono, além de estimular a adoção de políticas sobre mudanças climáticas e de práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs).

Quadro 11 - Índices Ambientais do Bradesco preconizados pelo ISE

Índices Ambientais	Bradesco
Indicador 1: Compromisso, abrangência e divulgação de políticas e de critérios ambientais.	Para cumprir seus compromissos socioambientais, a empresa implantou novas estruturas operacionais para a avaliação e monitoramento de riscos existentes nos projetos financiados, em todas as operações de crédito, além das enquadradas nos Princípios do Equador. Através da criação de áreas de Análise de Risco Socioambiental, assim o Comitê Executivo de Crédito passou a receber pareceres de riscos para análise e tomada de decisão.
Indicador 2: Gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental	O banco busca uma gestão que gere mais valores com menos impacto ambiental. Apoiando iniciativas de conservação de áreas naturais remanescentes dos ecossistemas, disponibiliza aos seus clientes produtos de crédito que levam em consideração os aspectos socioambientais. Como exemplo: as operações de crédito imobiliário com valor igual ou acima de R\$ 30 milhões nas avaliações socioambientais. Integra desde 2010, em parceria com o BNDES e Bovespa, o Índice Carbono Eficiente, que estimula a adoção de políticas sobre mudanças climáticas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs).
Indicador 3: Gerenciamento e monitoramento de fornecedores	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 4: Engajamento com partes interessadas	Incentivo a educação ambiental e restauração florestal, bem como iniciativas como o Programa Gestão do Ecoeficiência e a redução de impressão de papéis (fatura), conscientizado seus clientes.
Indicador 5: Produtos e serviços socioambientais	O banco possui produtos de crédito que levam em consideração aos aspectos socioambientais, por meio de parcerias tipo o SOS Mata Atlântica. Que gera recursos voltados à conservação do bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência. Por meio de produtos como: o Cartão de Afinidade SOS Mata Atlântica; o Título de Capitalização Pé Quente Bradesco SOS Mata Atlântica e Programa Auto Reciclagem.
Indicador 6: Consumo de recursos – inputs	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 7. Saúde e segurança no trabalho	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 8: Área de preservação permanente reserva legal e áreas contaminadas	O banco informa que 16% das ações do Plano Diretor de Ecoeficiência foram concluídas e 36% estão em andamento. Um dos seus cumprimentos está relacionado com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o Banco contribuiu para a manutenção de 15 unidades de conservação ambiental no estado do Amazonas, que cobriu área equivalente a 10,5 milhões de hectares.

Fonte: Elaboração Própria

No que concerne o indicador 4, através destes projetos, o Banco Bradesco arrecada recursos que são investidos em ações voltadas para a educação ambiental e restauração florestal. Até 2011, os recursos captados já contribuíram para o plantio de mais de 30 milhões de mudas de árvores nativas, o que equivale à recuperação de 18.421 hectares. Com relação aos cartões, de afinidade SOS Mata Atlântica, estes são fabricados com plástico PET reciclado.

Observa-se também, ainda nos relatórios, divulgações com iniciativas como o Programa Gestão do Ecoeficiência, TI Verde e Construções Sustentáveis, e ações

com ênfase em mudanças climáticas. Além de incentivos aos clientes para efetuar suas consultas por meio da Internet e do celular, reduzindo a emissão de faturas, com isso contribuindo para a diminuição de papel.

Com relação ao indicador 5, observa-se no Portal da BMFBOVESPA, que a instituição financeira do Bradesco participa de projetos relacionados fundações na Amazônia, tais como:

- ✓ Fundação Amazonas Sustentável (FAS), criada em 2007 como uma parceria entre o Bradesco e o governo do Estado do Amazonas. Seu objetivo é conservar a Floresta Amazônica e melhorar a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas;
- ✓ A Fundação SOS Mata Atlântica, que trata de uma organização não governamental criada em 1986, visando à geração de recursos voltados à conservação do bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência. Por meio de produtos como: o Cartão de Afinidade SOS Mata Atlântica; o Título de Capitalização Pé Quente Bradesco SOS Mata Atlântica; o Financiamento de Veículos e o Hiperfundo.

Ainda com relação ao indicador 5, o Programa Auto Reciclagem desde 2009, que consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes, produzindo menos impacto ao meio ambiente. O Programa abrange 75% do território brasileiro e, desde o seu lançamento, já foram recolhidas aproximadamente 5 mil toneladas de material reciclado, no qual as peças descartadas de milhares de veículos danificados em acidentes vêm sendo redirecionadas para a reciclagem.

O Quadro 12 referente aos resultados do Banco do Brasil é conforme indicador 1, o banco conta com equipes especializadas nos estados e com funcionários treinados nos preceitos da responsabilidade socioambiental em todas as suas agências, atuando como multiplicadores e executores das ações definidas em nível estratégico. Conta ainda com uma Unidade específica que tem por função primordial responder pela gestão da responsabilidade socioambiental da empresa e pela coordenação da implementação da estratégia comercial de Desenvolvimento Regional Sustentável em todo o país.

Quadro 12 - Índices Ambientais do Banco do Brasil preconizados pelo ISE

Índices Ambientais	Banco do Brasil
Indicador 1: Compromisso, abrangência e divulgação de políticas e de critérios ambientais.	Os gestores buscam na ética, o compromisso e o respeito como atitude nos relacionamentos com os públicos de interesse e com o meio ambiente, buscando estimular e implementar práticas de desenvolvimento sustentável, através de parcerias com o governo e a sociedade na definição de iniciativas voltadas à redução de riscos e ao e ao aproveitamento de oportunidades relacionadas às mudanças climáticas.
Indicador 2: Gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 3: Gerenciamento e monitoramento de fornecedores	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 4: interessadas	Parceria com governo e sociedade em geral, buscando iniciativas para o desenvolvimento sustentável. Orientações para as prefeituras elaborarem planos Municipais ou Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que atuam em defesa da carência de água na população mais carente, por meio de projetos no meio rural e no meio urbano. Além dos diversos pactos e compromissos assumidos, como a adoção dos Princípios do Equador, a assinatura do Protocolo Verde, a adesão ao GHG Protocol, <i>Caring for Climate</i> , Empresas pelo Clima, <i>Carbon Disclosure Project</i> , entre outros.
Indicador 5: Produtos e serviços socioambientais	O banco busca contribuir com o meio ambiente investindo também em ações internas, com redução no consumo de energia, água, papel e outros insumos indispensáveis às operações internas, tem sido alvo de programas específicos e acompanhamento sistemático. Destacam-se: “Programa Água Brasil”, “Programa de Ecoeficiência”, “Programa de racionalização do consumo de energia elétrica” e a coleta seletiva de resíduos sólidos.
Indicador 6: Consumo de recursos – <i>inputs</i>	Todos os investimentos realizados na troca de equipamentos de iluminação e ar condicionado, de torneiras e válvulas sanitárias, de impressoras, entre outros, além de terem tido o seu retorno financeiro em menos de dois anos, pela redução nos gastos com as contas de água, luz e papel, contribuíram para a redução das suas emissões de Gases de Efeito Estufa.
Indicador 7: Saúde e segurança no trabalho	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 8: Área de preservação permanente reserva legal e áreas contaminadas	NÃO EVIDENCIADO

Fonte: Elaboração Própria

Verifica-se ainda, no que concerne o indicador 1 que, nos Relatórios Anuais e de Sustentabilidade do Banco do Brasil, com relação a sua política sócio ambiental, que os gestores buscam na ética o compromisso e o respeito como atitude nos relacionamentos com os públicos de interesse e com o meio ambiente. Busca estimular e implementar práticas de desenvolvimento sustentável, através de parcerias

com o governo e a sociedade na definição de iniciativas voltadas à redução de riscos e ao aproveitamento de oportunidades relacionadas às mudanças climáticas.

Com relação ao indicador 4, o Banco do Brasil lançou em 2011, quatro fascículos sobre atuação na cadeia da reciclagem e resíduos sólidos, que abrangem 4.976 municípios, com orientações para as prefeituras elaborarem planos Municipais ou Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em cumprimento à Lei nº 12.305/10 (PORTAL BB). Essa instituição atua em defesa da carência de água na população mais carente, por meio de projetos no meio rural e no meio urbano, no aperfeiçoamento de critérios socioambientais para financiamento e investimento do Banco e no desenvolvimento de novos negócios.

Tratando-se dos Produtos e serviços socioambientais (indicador 5) são vários evidenciados em seus relatórios:

- O Programa Água Brasil do BB tem a responsabilidade de promover a conscientização da sociedade, investindo em projetos para a preservação e conservação de recursos hídricos e de buscar soluções (PORTAL BB, RA, 2010).
- O Programa de Ecoeficiência, que tem por objetivo contribuir para a gestão e manutenção do consumo de recursos naturais e energia no processo produtivo em padrões responsáveis, reduzindo o desperdício e os custos de produção e operação (PORTAL BB, RA, 2011). Verifica-se que a reciclagem e reutilização fazem parte da política dos 3Rs adotada pela instituição na construção de seu Programa de Ecoeficiência. Reciclando as carcaças dos cartuchos usados de toner ou tinta, essa prática evita o descarte dos cartuchos plásticos no meio ambiente.
- Verifica-se ainda que o Banco do Brasil executa o Programa de Racionalização do Consumo de Energia Elétrica (PROCEN), relacionado a gestão do uso de energia elétrica nos imóveis da instituição, sejam eles próprios ou de terceiros, ocupados ou não, objetivando os aspectos de qualidade, racionalização e redução do consumo, sem que haja prejuízo da produtividade, funcionalidade, segurança e conforto dos usuários (PORTAL BB, RA, 2011).
- Desde 2008 que o BB realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos (papel, plástico, metal e vidro) que são destinados a cooperativas ou associações de catadores. Complementando a redução do consumo, o Banco incentiva a digitalização de documentos, preservando a informação e o meio ambiente.

No que tange os resultados do Banco Itaú, segue o Quadro 13.

Quadro 13 - Índices Ambientais propostos pelo Itaú S.A.

Índices Ambientais	Itaú S.A.
Indicador 1: Compromisso, abrangência e divulgação de políticas e de critérios ambientais.	O banco considera na sua gestão questões ambientais no desenvolvimento de novos produtos e serviços e nas análises de riscos. A instituição desenvolveu políticas de gestão para temas específicos como a ética, riscos socioambientais, entre outros.
Indicador 2: Gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental	A política de risco ambientais estabelece regras para o formalização das operações de crédito, determinando a exigência de Certificado de Qualidade em Biossegurança emitido pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, nos casos de financiamentos de projetos de biotecnologia, e de análise de contaminação de solo de imóveis dados em garantia.
Indicador 3: Gerenciamento e monitoramento de fornecedores	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 4: Engajamento com partes interessadas	Os Fundos Itaú Ecomudança revertem 30% da taxa de administração para o apoio a projetos que reduzem a emissão de gases poluentes.
Indicador 5: Produtos e serviços socioambientais	O Itaú reaproveita os resíduos gerados em reformas de diversas áreas da organização. O banco é signatário e correspondente do CDP (<i>Carbon Disclosure Project</i>), que tem como objetivo reportar aos investidores, os inventários de emissão de gases de efeito estufa, informando sobre os riscos e oportunidades ocasionadas pelas mudanças do clima. Também diminui o consumo de água e energia, o gasto de papel e as emissões de gases de efeito estufa.
Indicador 6: Consumo de recursos – <i>inputs</i>	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 7: Saúde e segurança no trabalho	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 8: Área de preservação permanente reserva legal e áreas contaminadas	Reservas florestais

Fonte: Elaboração Própria

Tratando-se do indicador 5, o Itaú e suas controladas vêm atuando no reaproveitamento dos resíduos gerados em reformas de diversas áreas da organização. Como, por exemplo, na reformulação do CPD, que gerou duas toneladas de cabos como resíduos, os quais foram descartados de maneira adequada com a participação de empresas especializadas. Além disso, todo o lixo eletrônico (computadores, impressoras, monitores e outros equipamentos eletrônicos) é coletado e descartado adequadamente; do material enviado para reciclagem (plásticos, aços, metais e outros componentes). Através dessas atitudes, a instituição considera o índice de reaproveitamento próximo de 96%.

Com relação aos seus produtos e serviços, verifica-se ainda, em seus relatórios anuais, que a mesma investe em programas e iniciativas que reduzam o impacto dos produtos e serviços gerados pelo banco, buscando diminuir o consumo de água e energia, o gasto de papel e as emissões de gases de efeito estufa.

Esse banco detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros. Em 2012, essa controlada possuía aproximadamente 140 mil hectares em áreas de efetivo plantio (136 mil hectares/2010; 138 mil em 2011) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Conforme quadro 14, referente aos resultados do Santander, observa-se que existem projetos de geração de energia a partir do vento denominado de parque eólico e que se encontra no Ceará. Existem também projetos com o reflorestamento, que tem o objetivo de proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aquisição de ações e/ou participações em empresas que atuem no setor de florestamento, reflorestamento, manejo florestal, industrialização, processamento e comercialização de produtos florestais e demais atividades relacionadas ao setor florestal e madeireiro (PORTAL ITAÚ, RS, 2011).

Outro projeto foi identificado nesse relatório, que trata de um modelo de governança Climática, objetivando ações que visam reduzir as emissões e promover a economia de baixo carbono, além de estimular a aplicação de conceitos ligados ao tema, como por exemplo, de ecoeficiência, levando à disseminação de boas práticas para clientes, funcionários e fornecedores.

Desde 2008, o Santander criou uma política de gerenciamento de resíduos de construção que, basicamente, consiste em três pontos principais: reduzir a geração de resíduos, otimizando ao máximo o uso dos materiais; reutilizar ou reciclar o resíduo gerado; e dar destinação final correta ao que é descartado. Dos resíduos considerados classe A (concreto, alvenaria, cerâmica e terra, entre outros), são reciclados ou reutilizados 7,5% do total. No caso dos resíduos classe B (madeira, aço, plástico e papel, por exemplo), esse número chega a 43,1%.

Ainda tratando-se dos Produtos e serviços socioambientais preconizados no indicador 5, verifica-se no RA (PORTAL ITAÚ, 2011), que o banco ainda adotou a compra de

créditos de carbono como modelo de compensação das suas próprias emissões, iniciativa que antes era realizada por meio de reflorestamento voluntário. Além de fornecer a ferramenta que permite fazer o cálculo e a aquisição dos créditos de carbono, a instituição subsidia uma (1) tonelada de carbono para cada colaborador que aderir à iniciativa.

Quadro 14 - Índices Ambientais propostos pelo Santander S.A

Índices Ambientais	Santander S.A.
Indicador 1: Compromisso, abrangência e divulgação de políticas e de critérios ambientais.	Santander estimula a aplicação de conceitos ligados ao tema, como por exemplo, de ecoeficiência, incentivando boas práticas para clientes, funcionários e fornecedores.
Indicador 2: Gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental	O Santander acredita que a avaliação dos riscos socioambientais é fundamental para desenvolver um melhor desempenho dos negócios do banco, sendo definido também como um dos focos estratégicos para as ações do banco em sustentabilidade.
Indicador 3: Gerenciamento e monitoramento de fornecedores	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 4: Engajamento com partes interessadas	A instituição adquire participação em empresas que tenham soluções diferenciadas como a criação de desengraxantes naturais, descontaminação de solo e lavagem de tanques que não agridem o meio ambiente. No intuito de explorar produtos de fontes naturais e renováveis, biodegradáveis, buscando um desenvolvimento sustentável. Promove uma conscientização em seus funcionários (mais de 50 mil), com o objetivo de calcular e compensar suas emissões individuais (decorrentes da vida pessoal, e não das atividades corporativas).
Indicador 5: Produtos e serviços socioambientais	O Santander desenvolve produtos orientados pelos Princípios de investimentos Responsáveis. Na Santander Financiamentos destaca-se três produtos: CDC destinado à acessibilidade, financiamento destinado à aquisição de equipamentos para pessoas com deficiência, tais como adaptação veicular; CDC com ênfase na eficiência energética de equipamentos, destinado à aquisição de equipamentos e serviços que utilizam energias alternativas obtidas de fontes naturais, além do uso eficiente de energia vinda de meios convencionais; e, CDC para Produção e Processos mais limpos, destinado à aquisição de equipamentos que promovam ou melhorem o desempenho socioambiental das empresas, como a adequação à legislação ambiental, eficiência no uso de matérias-primas, redução, reciclagem e reutilização de materiais. Tem ainda Capital de Giro Sustentável, um produto voltado para obras, projetos, consultorias, certificações e para empresas que produzam bens ou prestem serviços que contribuam diretamente para melhorias socioambientais. A criação de fundos, como o Fundo Floresta real, que traz um conceito inovador, atrelado ao mercado de crédito de carbono. Além do Programa de Investimentos Recicláveis e, do modelo de Governança Climática que norteia nossa atuação de forma ampla e sistêmica com ações que visam reduzir as emissões e fomentar a economia de baixo carbono.
Indicador 6: Consumo de recursos – <i>inputs</i>	NÃO EVIDENCIADO
Indicador 7: Saúde e segurança no trabalho	NÃO EVIDENCIADO

Indicador 8: Área de preservação permanente reserva legal e áreas contaminadas	NÃO EVIDENCIADO
--	-----------------

Fonte: Elaboração Própria

A sede administrativa do Santander conta com diversos recursos e iniciativas que contribuem para a preservação do meio ambiente, para o bem-estar de seus funcionários e visitantes e para melhorias na sociedade e no bairro. Através, captação de água da chuva, que é utilizada nas regas de canteiros e nos vasos sanitários; Iluminação inteligente. Um sistema automático de ligamento e desligamento de luzes permite a economia de energia nos horários em que o fluxo de funcionários é menor (PORTAL SANTANDER).

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Química, Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira dos clientes do Banco Santander (PORTAL SANTANDER, RA, 2010).

O item 3.1 teve como objetivo descrever as práticas ambientais das instituições financeiras estudadas, tomando como base os indicadores da Dimensão Ambiental para instituições financeiras do questionário ISE. Com base nos resultados, percebe-se que o Bradesco implantou novas estruturas operacionais para a avaliação e monitoramento de riscos existentes nos projetos financiados, em todas as operações de crédito, além das enquadradas nos Princípios do Equador. O Banco do Brasil estimula e implementa práticas de desenvolvimento sustentável, através de parcerias com o governo e a sociedade na definição de iniciativas voltadas à redução de riscos e ao e ao aproveitamento de oportunidades relacionadas às mudanças climáticas.

O Itaú considera na sua gestão questões ambientais no desenvolvimento de novos produtos e serviços e nas análises de riscos. A instituição desenvolveu políticas de gestão para temas específicos como a ética, riscos socioambientais, entre outros. Quanto ao Santander, estimula a aplicação de conceitos ligados ao tema, como por exemplo, de ecoeficiência, incentivando boas práticas para clientes, funcionários e fornecedores. Todas as instituições não evidenciaram dados relacionados ao

gerenciamento e monitoramento de fornecedores. Observa-se ainda nos resultados, que apenas o Banco do Brasil deixou de mostrar informações sobre o gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental.

Seguem-se os resultados referentes à investigação dos itens ambientais e seus instrumentos de evidenciação para conclusão da análise de conteúdo destes.

3.2 Principais instrumentos de evidenciação que contém informações sobre investimentos e custos ambientais

No Banco Santander só foi encontrado informações relacionadas aos investimentos e custos ambientais, nos Relatórios Anuais dos anos de 2009, 2010 e 2011, como pode ser observados na tabela 1.

Tabela 1- Informações sobre os Custos Ambientais do Santander em milhões - R\$

Investimentos ou Gastos Ambientais	2008	2009	2010	2011	2012
Financiamentos Socioambientais	-	873.429	834.750	1.218.131	-
Fundo de Florestas-	-	-	-	75.135	-
TOTAL	-	-	-	1.293.266	-

Fonte: RA Santander (2011)

Verifica-se que, no Santander, que o valor monetário dos produtos e serviços é criado para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócios e divididos por finalidade, sendo estes investidos em florestas (RA, 2011). De modo que, em 2009 foi investido mais de 800 mil reais em atividades socioambientais. Em 2011 a empresa investiu também em fundos de florestas, em média 75 mil reais.

Na Tabela 2, observam-se dados evidenciados pelo Banco do Brasil nos anos de 2008, 2009 e 2010. Nos Relatórios de Sustentabilidade encontram-se informações sobre Projetos analisados à luz dos Princípios do Equador com valores financiados em bilhões, destinados a Energia.

Tabela 2- Informações sobre os Custos Ambientais do Banco Brasil em milhões - R\$

Investimentos ou Gastos Ambientais	2008	2009	2010	2011	2012
Energia/Infraestrutura	369,5	-	-	-	-
Energia/ Sucroalcooleiro	-	2,3	-	-	-
-	-	43.164	71.763	-	-
TOTAL	369,5	-	71.763	-	-

Fonte: Relatório de Sustentabilidade do BB (2010)

Observando na Tabela 2, em 2008 foi investido mais de 360 bilhões em infraestrutura para a criação de energia. No entanto não foi evidenciado dados sobre investimentos ou gastos nos anos de 2011 e 2012.

Com relação aos investimentos do Banco Bradesco, verifica-se na Tabela 3 que, os investimentos estão relacionados com as ações sociais diretas (áreas de educação, meio ambiente, inclusão digital, saúde, cultura e esporte) em milhões de reais. Verifica-se ainda evidencia desses gastos ambientais em todos os anos em estudo, referente a 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Tabela 3 - Informações sobre os Custos Ambientais do Bradesco em milhões - R\$

Investimentos ou Gastos Ambientais	2008	2009	2010	2011	2012
Investimentos Socioambientais	390,4	380,6	488,1	566,5	673,5
Fundação Mata Atlântica	10,835	12,238	12,946	18,493	23,081
Fundação Amazonas Sustentável	32,448	10,535	11,030	11,678	12,402

Fonte: RS (2011)

Dessa forma, o Bradesco busca apoiar o desenvolvimento humano, as ações da Organização são voltadas para educação, meio ambiente, cultura e esporte em iniciativas como Fundação Bradesco, Programa Educa+Ação, Programa Bradesco Esportes e Educação, Fundação Amazonas Sustentável e a parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica.

Ainda com relação aos investimentos ambientais do Bradesco, o montante destinado à Fundação Amazonas Sustentável advém da venda de produtos voltados à iniciativa, como cartões de crédito e títulos de capitalização. Em 2012, investimos, como mantenedores da FAS, R\$ 12,4 milhões. Outros R\$ 15,6 milhões foram investidos pelo governo do estado do Amazonas e outros parceiros, sendo que mais de 90% do orçamento total é proveniente da iniciativa privada.

Tabela 4 - Informações sobre os Custos Ambientais Itaú S.A. em milhões - R\$

Investimentos ou Gastos Ambientais	2008	2009	2010	2011	2012
Custo de formação dos ativos biológicos	-	363	471	519	545
Diferencial entre o custo e o valor justo	-	507	559	575	557
Total do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-	870	1.094	1.094	1.102

Fonte: NE (2010 e 2012)

O Banco Itaú evidencia os ativos biológicos, este que é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, nas quais são desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita. Também não foi encontrado, dados sobre o tema em estudo no ano de 2008 (Tabela 4).

Observaram-se ainda no portal do Itaú, que ativos biológicos foram mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita. No qual é determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas são: Fluxo de caixa descontado, Preços, Diferenciação, Volumes, e a Periodicidade.

3.3 Variação existente entre os Investimentos Ambientais e dos Ativos totais no período proposto

Observa-se que o Banco Itaú investe em média o equivalente a 32% do seu ativo total em investimentos ambientais no decorrer dos 5 anos em análise. Verifica-se na Tabela 5, que o ano em que o banco mais fez investimentos ambientais foi em 2009, representando 40% do seu ativo total, investindo menos em 2008 (apenas 21% do ativo total), conforme tabela 5.

Tabela 5 - Ativos totais versus investimentos ambientais da empresa Itaú – R\$

Itaú S.A.	2008	2009	2010	2011	2012
Ativos Totais	218.441.000	213.504.000	275.635.000	312.022.000	364.017.000
Investimentos Ambientais	466.000	870.000	1.030.000	1.094.000	1.102.000
%	0,21	0,40	0,37	0,35	0,30

Fonte: Dados da Pesquisa 2013.

Com relação à instituição do Santander, só foi possível identificar itens ambientais referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011. Percebendo, conforme Tabela 6, a empresa investiu mais no ano de 2011, correspondendo o equivalente de R\$ 1.293.266,00 do seu ativo total, o que representa em percentual 32%.

Tabela 6 - Ativos totais versus investimentos ambientais da empresa Santander – R\$

Santander S.A.	2008	2009	2010	2011	2012
Ativos Totais	-	315.972.576	374.662.683	399.886.082	-
Investimentos Itens Ambientais	-	837.429	834.750	1.293.266	-
%	-	0,26	0,22	0,32	-

Fonte: Dados da Pesquisa 2013.

O Bradesco foi único banco, entre os demais em análise, que publicou itens ambientais em todos os anos que se buscou estudar nessa pesquisa. No entanto, percebe-se que são poucos valores investidos na área ambiental, comparando com o seu valor do ativo total, conforme tabela 7.

Tabela 7 - Ativos totais versus investimentos ambientais da empresa Bradesco

Bradesco S.A.	2008	2009	2010	2011	2012
Ativos Totais	45.389.272	489.683.951	602.954.024	722.086.892	801.186.699
Investimentos Itens Ambientais	43,283	22.773	23.976	30.171	35.483
%	0,09	2,04	0,03	0,04	0,04

Fonte: Dados da Pesquisa 2013.

Como pode ser observado na Tabela 7, o ano em que o Bradesco mais investiu no setor ambiental foi em 2009, o equivalente a 2,04% do seu ativo total. Nos demais anos foi entre 0,03% e 0,09%, com isso, pode-se considerar que o banco não investe muito em projetos ambientais, se comparados com o total das suas aplicações.

Não foi encontrado nos relatórios eventos sobre os custos ambientais, apenas com investimentos. Observa-se ainda, que as empresas buscam investir no meio ambiente mas com atividades na própria organização, buscando reduzir seus gastos com água, energia, material de expediente, entre outros.

3.4 Análise Horizontal dos Investimentos Ambientais no período de 2008 a 2012

Neste subitem foi feito uma análise horizontal das instituições financeiras no decorrer dos anos estudados, sendo encontrados os dados nas Notas Explicativas, bem como em seus Relatórios Anuais e de Sustentabilidade das mesmas. No entanto, foi não encontrado, em nenhuma das empresas, dados relativos às despesas ambientais, nem de passivo ambiental referente aos anos em análise, com isso, só foi possível verificar a evolução de tais itens referente Ativo Ambiental.

A empresa Banco do Brasil não evidenciou em seus documentos valores relacionados aos seus ativos ambientais.

Tabela 8 - Análise horizontal do Ativo Ambiental do Bradesco, Itaú e Santander – R\$

	2008 R\$	2009		2010		2011		2012	
		R\$	AH %	R\$	AH%	R\$	AH%	R\$	AH %
Bradesco	43.283	22.773	- 47,38	23.976	5,28	30.171	25,83	35.483	17,60
Itaú	466.000	870.000	86,69	1.030.000	18,39	1.094.000	6,21	1.102.000	0,73
Santander	-	837.429	-	834.750	- 0,32	1.293.266	54,93	-	-

Fonte: Elaboração própria

Observa-se na Tabela 8, com relação aos ativos ambientais do Bradesco, que houve uma redução nos investimentos de 47,38% em 2009 quando relacionado ao ano

anterior. Em 2010, houve um aumento de 5,28% e em 2011 de 25,83%, este comparado a 2010, verificando no decorrer dos anos que foi em 2011 o ano em que a empresa mais investiu em ativos ambientais.

No Banco Itaú S.A., observa-se que, a empresa investiu mais de 86% em itens ambientais no ano de 2009 relacionando ao ano anterior. No entanto, no decorrer dos demais anos em estudo, observa-se que esse investimento foi bem menor comparando aos anos passados, como em 2010 com 18,39%, 2011 com 6,21% e, em 2012, com 0,73%. Este foi o ano em que a empresa menos investiu no ativo ambiental.

Na análise horizontal do Santander S.A., verifica-se que houve uma redução em 2010 do ativo ambiental de - 0,32% relacionado ao ano anterior 2009. Em 2011, comparando com 2010, houve um aumento nesse investimento, equivalente a 54,93%. Não foi possível realizar a análise horizontal dos anos 2008 e 2012, porque nada foi evidenciado nos documentos da empresa com relação aos ativos ambientais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável está relacionado principalmente ao ambiente em que a empresa está inserida, o que a torna responsável direta na conservação e preservação dos meios naturais existentes ao seu redor, proporcionando atividades que gerem sustentabilidade futura. Assim, entende-se que promover o crescimento das empresas sem destruir o meio ambiente, nem sacrificar o bem-estar das futuras gerações, passa a ser um dever das mesmas.

Percebe-se que, a sustentabilidade ambiental trata da adoção de métodos socioambiental, criando estratégias e operações de negócio. Nesse sentido, as empresas podem adotar várias formas de evidenciação, devendo fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis.

Nesse contexto, esse estudo analisou o conteúdo das informações ambientais sobre investimentos e custos nas instituições financeiras cadastradas no ISE 2012, no período de 2008 a 2012. O intuito foi de verificar em seus documentos oficiais, evidências sobre ativos e passivos ambientais.

Foi possível descrever as principais práticas operacionais e ambientais das instituições financeiras em estudo, no qual, das 4 empresas em análise, 3 (Bradesco, Santander e Itaú) investem no reflorestamento em parceria com outras organizações. Outra prática realizada por todas elas está relacionada na redução dos gastos com água e energia, bem como nos resíduos administrativos, no qual todos os objetos são recolhidos dentro do ambiente interno das instituições e são direcionados para locais de reciclagem, evitando com isso, que materiais poluidores fiquem jogados no meio ambiente.

Ainda com relação as práticas socioambientais, tomando como base os indicadores da Dimensão Ambiental para instituições financeiras do questionário ISE, percebe-se nos resultados que o Bradesco implantou novas estruturas operacionais para a avaliação e monitoramento de riscos existentes nos projetos financiados, em todas as operações de crédito, além das enquadradas nos Princípios do Equador. O Banco do Brasil estimula práticas de desenvolvimento sustentável, através de parcerias com o governo

e a sociedade na definição de iniciativas voltadas à redução de riscos e ao e ao aproveitamento de oportunidades relacionadas às mudanças climáticas.

No banco Itaú, existem questões ambientais no desenvolvimento de novos produtos e serviços e nas análises de riscos. E o Santander, estimula a aplicação de conceitos ligados ao tema, como por exemplo, de ecoeficiência, incentivando boas práticas para clientes, funcionários e fornecedores.

Observou-se que os instrumentos de evidenciação estão contidos as informações sobre investimentos e custos ambientais, foram nas Notas Explicativas, Relatórios Administrativos, Relatórios Anuais, Além do Balanço Patrimonial e Relatório de Sustentabilidade.

Não foi possível mensurar a evolução (em percentual) dos investimentos e custos ambientais encontrados, por meio de uma análise horizontal, nem identificar a relação em percentual entre as despesas ambientais e os gastos totais, já que, não foi encontrado nos documentos oficiais das empresas em análise, despesas ou gastos ambientais, relacionados com danos ou recuperação do meio ambiente ocasionado pelas atividades das organizações.

Através da análise dos dados, foi verificado a proporção entre investimentos ambientais e os investimentos totais encontrados em 3, das 4 empresas estudadas. Percebe-se que a empresa que mais investiu dos seus ativos totais nos ambientais foi o Bradesco, que em 2009 investiu 2,04%. Em seguida teve o Itaú com 0,40% e o Santander com 0,26%. No ano de 2011, houve uma variação de 0,04, 0,32 e 0,35% entre Bradesco, Santander e Itaú respectivamente.

Com relação aos indicadores da Dimensão Ambiental do Grupo IF - Serviços Financeiros - Instituições Financeiras do ISE 2012, o Bradesco foi único banco, entre os demais estudados, que publicou itens ambientais em todos os anos (de 2008 a 2012). No entanto, percebe-se que são poucos valores investidos na área ambiental, comparando com o seu valor do ativo total.

Verificou-se também na análise, que houve uma redução nos investimentos de 47,38% em 2009 quando relacionado com 2008. Em 2011, houve um aumento de 25,83%, verificando no decorrer dos anos que foi em 2011 o ano em que a empresa mais investiu em ativos ambientais.

Diante do exposto, a pesquisa respondeu ao seguinte questionamento: Como estão evidenciadas as informações sobre investimentos e custos ambientais nas instituições financeiras listadas no ISE 2012, no período de 2008 a 2012?

Com base nos resultados da análise, a maioria das empresas não evidenciam valores em seus demonstrativos relacionados aos fatos ambientais. Entende-se que tais empresas não prejudicam diretamente o meio ambiente com suas atividades, mas foi observado que as mesmas investem em ações ambientais, e estas deveriam estar melhor evidenciadas.

Sugere-se para novas pesquisas, um estudo mais detalhado nessas instituições financeiras, buscando estudar apenas uma instituição, verificando a evolução no decorrer dos anos, comparando as metas determinadas com atividades já realizadas, com isso, verificar se o que foi estimado pelos gestores, foi também alcançado, relacionado às atividades socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio eletrônico**: um estudo no setor bancário. Rev. adm. contemp. vol.3 no.1 Curitiba Jan./Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65551999000100004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 20/07/2013.

ALMEIDA, Eduardo. **Ativo, Passivo e Patrimônio Ambiental**. 2009. Disponível em: <<http://profeduardodealmeida.blogspot.com.br/2009/05/ativopassivo-e-patrimonio-ambiental.html>>. Acesso em: 13/04/2013.

AMORIM, Wilson Aparecido Costa de; NETO, Miguel Huertas Neto. **A Negociação Coletiva do Setor Bancário Brasileiro**: Desenvolvimento Recente e Tendências. Informações FIPE, Novembro-2011. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2011/11_26-34-wil-mig.pdf>. Acesso em: 15/03/2013.

BANCO DO BRASIL. **Relatórios Administrativos**. Disponível em: www.bb.com.br/. Acesso em: 04/04/2013.

BOVESPA - BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **BM&FBOVESPA apresenta novidades do questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/empresas>>. Acesso em: 16/03/2013.

BRADESCO. **Relatórios Administrativos**. Disponível em: www.bradesco.com.br/. Acesso em: 04/04/2013.

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. Rev. contab. finanç. vol.18 no.43 São Paulo Jan./Apr. 2007.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; PAULO, Francislene Ferraz Magalhães de. **A Evidenciação Contábil**: Publicação de Aspectos Sócio-ambientais e Econômico-Financeiros nas Demonstrações Contábeis. Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. 2003. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/an_resumo.asp?cod...341. Acesso em: 15/05/2013.

DAVID, Afonso Rodrigo de. **Contabilidade Ambiental**. IX Convenção De Contabilidade Do Rio Grande Do Sul. Gramado – RS, 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t31.pdf>>. Acesso em: 16/04/2013.

DIAS FILHO, José Maria. **A Linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil**: uma Análise de sua Compreensibilidade à Luz da Teoria da Comunicação. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.13, n. 24, p. 38 - 49, julho/dezembro 2000.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável – Inclui Certificados de Carbono. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONSALVES, E. P. **Iniciação a Pesquisa Científica**. 4ª Edição. Revisada e Ampliada. Campinas/SP: Alínea, 2007.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F.. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE. **Questionário-base**. ISE 2011. Disponível em: [9ujikiol](http://www.ijikio.com.br). Acesso em: 01 nov. 2012.

_____. **ISE 2012**. Disponível em: <http://186.202.61.48/ise/site/index.php?r=site/conteudo&id=13>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu., GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – FIPECAFI**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ITAÚ S.A. Relatório Administrativos. Disponível em: <https://ww13.itaubr.com.br/itausa/default.aspx>. Acesso em: 05/04/2013.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental** – O passaporte para a Competitividade. Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade em Goiânia – GO. Out/2000. Disponível em: http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=4&canallocal=4&canalsub=10&id=166>. Acesso em: 21/03/2013.

LARANJEIRA, Sônia M.G. **Reestruturação produtiva no setor bancário: A realidade dos anos 90**. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 61, dezembro/97. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n61/4701.pdf>>. Acesso em: 19/03/2013

LINS, Clarissa; WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, agosto 2007. Disponível em: < <http://www.fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-239.pdf>>. Acesso em: 25/07/2013.

LUZ, Sandro Gomes. **Empresas participantes do índice de sustentabilidade Empresarial e seus desempenhos financeiros: uma análise nos Mercados brasileiro e norte-americano**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração das Faculdades Ibmecc, como requisito parcial necessário para a obtenção do título de Mestre em Administração. Rio de Janeiro: Faculdades Ibmecc, 2009, 88 f.

MAIOR, Gustavo Souto. **Contabilidade ambiental**. 2001. Disponível em <<http://www.suspiros.com.ecologia>> Acesso em 21 de março de 2013.

MACHADO, Nilson Perinazzo; NUNES, Marcelo Santos. **A Evidenciação das Informações Contábeis: sua Importância para o Usuário Externo**. 2000. Disponível em: <<http://www.unifin.com.br/Content/arquivos/20080416134816.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

MACHADO, Carla Mara. **Contabilidade Ambiental: o papel da contabilidade na evidenciação de investimentos, custos e passivos ambientais**. 2002. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/>. Acesso em: 14/03/2013.

MEDEIROS, Juliana Carvalho Gonçalves Dias. **Sustentabilidade Corporativa no setor bancário brasileiro: práticas de sustentabilidade adotados pelos dez maiores bancos atuantes no Brasil**. Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, Ead, 2011. 76 f.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PAIVA, P. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. *Análise de conteúdo*. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

QUINTANA, Cristiane Gularte; QUINTANA, Alexandre Costa; MARCA, Luciana Silva. **Estratégias de Sustentabilidade em Gestão Socioambiental: Um Estudo de Caso em uma Empresa do Setor Portuário**. RIGC - Vol. X, nº 19, Enero-Junio 2012. Disponível em: < <http://www.observatorio-iberoamericano.org/>>. Acesso em: 16/03/2013.

RIBEIRO, M. de S.. **Contabilidade Ambiental**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSA, Fabrícia Silva da; VOSS, Barbara de Lima; PFITSCHER Elisete Dahmer. **Evidenciação Ambiental: Uma Aproximação sobre as Referências em Revistas Brasileiras**. 2001. Disponível em: < [www.anpcont.com.br site docs congressoV EPC249.pdf](http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoV EPC249.pdf)>. Acesso em: 22/03/2013.

ROSA, Fabricia Silva da; LUNKES, Rogério João. **Transparência contábil ambiental: uma contribuição ao estudo sobre a evidenciação da gestão ambiental nas demonstrações contábeis**. Universidade Federal de Santa Catarina – SC, Brasil e Faculdade Estácio de Sá – SC, Brasil. III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006. Disponível em: < <http://www.aedb.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso. **A Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis das Empresas que Atuam no Brasil e que Negociam ADRS na Bolsa de Valores dos Estados Unidos: Uma Análise das DFP'S (CVM) e do Relatório 20-F (SEC)**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/636.pdf>>. Acesso em: 20/03/2013.

ROEDEL, Tamily; ROCHA, Irani; MACHADO Ana Cláudia. **Práticas de Contabilidade Ambiental em Indústrias de Brusque-Sc**. Gestão da Sustentabilidade (GDS), Bento Gonçalves, 2012. Disponível em: <http://anais.enangrad.org.br/_resources/media/artigos/gds/11.pdf>. Acesso em: 20/03/2013.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. **Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais?** In: Custos e @gronegocio *on line* - v. 4, n. 1 - Jan/Abr – 2008, ISSN 1808-2882.

SANTANDER S.A. **Relatórios Administrativos**. Disponível em: www.santander.com.br/. Acesso em: 10/04/2013.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O Uso da Análise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: descrição e aplicação do método**. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Miguel Junior Gomes da. **Responsabilidade Social: Um Enfoque Sobre a Cidadania Empresarial, Conceitos Estratégicos para as Empresas Face à Globalização**. Monografia para Obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas. Faculdades Integradas de Patos - FIP. Patos-PB, 2005.

SILVA, Júlio Orestes da; *et al* **Evidenciação dos Custos Ambientais nas Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2009. XI Encontro Nacional e I Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Engema, Nov 2009. Disponível em: <<http://www.engemas.net>>. Acesso em: 28/03/2013.

SOUZA, André Luis de; CARMO, Elizangela Andion Silva do; LUZ, Mateus Costa. **As Vantagens da Utilização da Contabilidade Ambiental**. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, ETEC de São José dos Campos. 2001. Disponível em: <<http://www.vsilva.com.br/dados/TCC.pdf>>. Acesso em: 28/03/2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social**: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VEIGA, Mariana. **ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial – O que é?** 2009. Disponível em: <<http://www.sucessonews.com.br/ise-indice-de-sustentabilidade-empresarial-o-que-e/>>. Acesso em: 13/03/2013.

WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade no Bancos Brasileiros**: Exame de Divulgação do Relacionamento entre Iniciativas Socioambientais e o Desempenho Financeiro Corporativo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em GNM VKm Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.silvaporito.com.br/admin/>. Acesso em: 13/03/2013.

<http://www.ambigeo.com.br/novosite/agua/desenvolvimento.php> Acesso em 13/03/2013.